

LAURA JALES TRANIN

**LINGUAGEM E PRECONCEITO:
Expressões e falas discriminatórias e como
impactam a realidade de grupos sociais**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2023

LAURA JALES TRANIN

**LINGUAGEM E PRECONCEITO:
Expressões e falas discriminatórias e como
impactam a realidade de grupos sociais**

Memorial apresentado ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Mariana Ramalho Procópio Xavier

Viçosa - MG
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV
2023



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Comunicação Social
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Memorial intitulado *Linguagem e Preconceito: Expressões e falas discriminatórias e como impactam a realidade de grupos sociais*, de autoria da estudante Laura Jales Tranin, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier – Orientadora
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Profa. Dra. Isaura Mourão Generoso
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Robson Evangelista dos Santos Filho
Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde - FIOCRUZ

Viçosa, 04 de julho de 2023.

AGRADECIMENTOS

Com certeza este trabalho foi um dos maiores desafios que enfrentei durante a minha graduação. Foram muitos dias e diversas noites construindo todos os passos dessa trajetória, não posso negar que com muito cansaço e ansiedade, porém, posso afirmar que com muito mais satisfação e aprendizado.

Ao escrever esse texto, não há como não começar agradecendo a - como eu costumo falar - Deus, Maria, Jesus e todas as forças e energias positivas do universo, que sempre me ouviram pedir por forças. Agradeço também a minha família, especialmente minha mãe, que me apoiaram e fizeram de tudo para me ajudar a conseguir concluir este trabalho. Às minhas gatinhas, Aurora e Banguela, e ao meu cachorro, Pluto, por manterem meu bem-estar mental. Outras duas pessoas essenciais nesse processo foram minhas amigas, Maria Eduarda e Giovana, que me escutaram em todos os momentos, me acompanharam e ajudaram para que meu trabalho ficasse cada vez melhor. Mesmo de longe, se fizeram presentes a todo tempo. Sou muito grata também à minha orientadora, Mariana Procópio, que topou começar essa jornada junto a mim, mesmo quando os momentos estavam complicados e o tempo não parecia ser suficiente.

Por fim, agradeço à Isaura e ao Robson por aceitarem compor minha banca e avaliar o meu trabalho com tanto apreço. Não posso, também, deixar de agradecer às pessoas responsáveis pelo Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV), por fazerem possível com que nós, estudantes, nos formemos com tanto profissionalismo e gentileza. Como o ditado diz: gentileza gera gentileza. E à UFV, por possibilitar que eu me torne jornalista por uma das melhores universidades públicas do Brasil, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

A LaBel é uma revista digital desenvolvida como projeto de conclusão de curso. Esta publicação possui como assunto principal a relação entre linguagem e preconceito, como expressões e falas discriminatórias influenciam a realidade de grupos sociais. O objetivo foi proporcionar uma compreensão do contexto e da gravidade dos preconceitos para que, assim, fosse possível abordar e perceber a importância de discussões como essa. Dessa forma, o tema foi apresentado por conteúdos como entrevistas, notícias e reportagens retiradas da internet, dados estatísticos, textos de pessoas e *sites*, fotos e imagens. O formato digital e *online* foi pensado para levar um conhecimento de forma mais ampla, compreensível, atrativa e acessível para o público.

PALAVRAS-CHAVE

Revista; digital; preconceito; linguagem; diagramação.

ABSTRACT

LaBel is a digital magazine developed as a graduation project. This publication has as its main subject the relationship between language and prejudice, how discriminatory expressions and speeches influence the reality of social groups. The objective was to provide an understanding of the context and severity of prejudices so that it was possible to address and perceive the importance of discussions like this. Thus, the theme was presented by content such as interviews, news and reports taken from the internet, statistical data, texts of people and websites, photos and images. The digital and online format was designed to bring a knowledge in a broader, understandable, attractive and accessible way to the public.

KEY-WORDS

Magazine; digital; prejudice; language; diagramming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Logo na cor preta para a capa.....	30
Figura 2 - Logo na cor branca para a capa.....	30
Figura 3 - Logo na cor preta para as duplas de páginas.....	30
Figura 4 - Logo na cor branca para as duplas de páginas.....	30
Figura 5 - Logo na cor preta, fundo transparente, para as duplas de páginas.....	30
Figura 6 - Logo na cor branca, fundo transparente, para as duplas de páginas.....	30
Figura 7 - Logo na cor preta para a contracapa.....	31
Figura 8 - Logo na cor branca para a contracapa.....	31
Figura 9 - Paleta de cores.....	32
Figura 10 - Formatação <i>Indesign</i> e identidade visual.....	32
Figura 11 - Página base <i>Indesign</i>	33
Figura 12 - Página base <i>Indesign</i>	33
Figura 13 - Página base final <i>Indesign</i>	34
Figura 14 - Página base final <i>Indesign</i>	34
Figura 15 - Formulário de relatos.....	37
Figura 16 - Enquete frases machistas.....	37
Figura 17 - Joelma Santos.....	40
Figura 18 - Alexandra Bittencourt.....	41
Figura 19 - Jardel Ramalho.....	42
Figura 20 - Thais Faria.....	42
Figura 21: Sumário.....	44
Figura 22: Capa.....	44
Figura 23: Sobre.....	45
Figura 24: Introdução.....	45
Figura 25: Glossário.....	46
Figura 26: Editoria Política.....	46
Figura 27: Editoria Racismo.....	47
Figura 28: Editora Gordofobia.....	47
Figura 29: Editoria LGBTfobia.....	48
Figura 30: Editoria Política.....	48
Figura 31: Editoria Constituição.....	49
Figura 32: Mural.....	49
Figura 33: Expediente.....	50
Figura 34: Contracapa.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – DISCUSSÕES EM TORNO DA LINGUAGEM: SENTIDOS E CONSTRUÇÕES ESTEREOTIPADAS	12
1.1 Preconceito e estereótipo.....	12
1.2 Sobre expressões, bordões e ditados populares.....	15
1.3 Liberdade de expressão e discursos de ódio.....	17
CAPÍTULO 2 - JORNALISMO DIGITAL, JORNALISMO DE REVISTA E O GÊNERO REVISTA DIGITAL ONLINE	21
CAPÍTULO 3 - RELATÓRIO TÉCNICO	27
3.1 Pré-produção.....	27
3.2 Produção.....	28
3.3 Apresentação das fontes.....	39
3.4 Pós-produção.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A LaBel é uma revista digital desenvolvida como projeto de conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa. Com o objetivo de discutir temas de interesse social, essa publicação apresenta como assunto principal a relação entre linguagem e preconceito.

A escolha do tema parte de um incômodo pessoal percebido nas falas do cotidiano das pessoas, as quais denotam um expressivo teor preconceituoso que, muitas vezes, não é percebido e, assim, reproduzido com naturalidade. Tais falas se apresentam como expressões, ditados e bordões que são comumente utilizados e que carregam em si uma origem discriminatória que, por sua vez, se iniciou com o intuito de afetar negativamente grupos específicos de pessoas que não representam os padrões impostos pela sociedade. Padrões estes que modelam o ideal de pessoa como homem, branco, hétero, magro e rico.

A revista pretende mostrar como termos preconceituosos estão notoriamente presentes nos discursos da sociedade e como atingem direta e negativamente grupos que são historicamente alvos de discriminação e, dessa forma, como isso reflete em suas lutas. Nesta edição serão abordados os seguintes preconceitos: machismo/sexismo, homofobia/lesbofobia, gordofobia e racismo; cada tipo possui uma editoria específica destinada ao preconceito em questão e conta com diversos conteúdos, como contextualizações sobre as expressões, contextos históricos, entrevistas, relatos e materiais jornalísticos.

Partindo do fato de que historicamente a sociedade é preconceituosa de diferentes formas, seja pela cor, classe, *status* social, cultura, religião, aparência, orientação sexual, gênero e etc, o preconceito se manifesta em grandes e pequenas atitudes do dia a dia e da formação das pessoas. Miranda (2012) reforça que a construção valorativa da sociedade encontra respaldo nas desigualdades:

Das esferas heterogêneas da sociedade (produção, relações de propriedade, moral, estrutura política, etc) e logo, do decurso da história provém o processo de construção de valores, desenvolvido de forma desigual, descontínua. A própria heterogeneidade é o fator que justifica a desigualdade e colisão de valores ao longo da história, contribuindo para emergência ou desvalorização deste ou daquele valor. (MIRANDA, 2012, p.47)

As construções valorativas e classificatórias, sejam elas positivas ou negativas, costumam ser compartilhadas em contextos de proximidade, seja da família, da escola ou de outros grupos sociais. Em grande medida, as matrizes classificatórias e valorativas tendem a

reproduzir as relações de poder que se instauram na sociedade. Conforme Silva (2000), podemos dizer que a identidade é a base classificatória de determinados grupos e toma como referência suas diferenças, resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. Não é à toa que as classificações tendem a reproduzir lógicas hegemônicas, de opressão ou de manutenção de privilégios.

As jornalistas Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019) analisam a objetividade jornalística como reflexo de um sistema classificatório excludente, norteado por uma visão branca, machista e eurocêntrica. As autoras explicam que essa racionalidade dominante da objetivação jornalística se desenvolveu juntamente a uma sociedade que sempre transformou diferenças em desigualdades. Dessa forma, Moraes e Silva concluem que tanto o contexto social quanto a objetividade jornalística contribuem para a manutenção dos preconceitos, visto que, a partir dos pensamentos de Grosfoguel (2016), elas afirmam:

esta racionalidade delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno. Uma racionalidade cujas bases igualmente repousam no “racismo/machismo epistêmico” forjado na colonização do pensamento ocidental. (MORAES; SILVA, 2019, p.2)

Essa racionalidade que se pauta em “um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista” (MORAES; SILVA, 2019, p.5) está historicamente definindo condições conservadoras e modelos de saberes ditos como unicamente verdadeiros que, segundo as autoras, resultam na reprodução não só de preconceitos como também de estereótipos dentro da sociedade.

A partir disso, pode-se pensar que os estereótipos foram construídos ao longo do tempo, seguindo ordens dispostas por essa classe elitizada, de como ser e estar perante a sociedade. Segundo Charaudeau (2017), os estereótipos podem ser interpretados em duas perspectivas: “de um lado, defende-se a ideia de que o estereótipo tem uma necessária função de estabelecimento do elo social – a aprendizagem social se faria com a ajuda de ideias comuns repetitivas como garantias das normas do julgamento social; de outro, rejeita-se o estereótipo, já que ele deformaria ou mascararia a realidade” (CHARAUDEAU, 2017, p.573). Dessa forma, somando-se ao pensamento de Charaudeau, Crochik (1996) afirma:

O preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo, cujo significado inicial

pode ser remetido à máquina de reproduzir tipos utilizada pela imprensa, que deve portanto reproduzir fielmente as letras, mas que passou a ganhar o sentido também daquilo que é fixo, imutável. No caso do preconceito, é neste último sentido que ele deve ser entendido. (CROCHIK, 1996, p.49)

Assim, cada vez que as pessoas revivem estereótipos negativos por meio da linguagem e dos discursos, reforçam-se as condições e os padrões impostos historicamente e, com isso, os preconceitos aos que se diferem desses modelos são estabelecidos e iterados cada vez mais.

O conceito de imutável defendido por Crochik (1996) se encaixa na realidade dos preconceitos porque a essência das discriminações se mantém até hoje. Por mais que ao longo de toda a história existiram lutas das minorias sociais e que atualmente pode-se considerar que houveram mudanças, os preconceitos presentes seguem a mesma lógica antiquada e sem fundamento racional de antigamente. Exemplificando isso, é possível expor o fato de ainda existirem pessoas que defendem que mulheres devem receber menos que homens ou que uma pessoa preta não possui os mesmos direitos de uma pessoa branca.

No entanto, atualmente, a sociedade está cada vez mais predisposta a discutir e a agir nas temáticas de intolerâncias e marginalizações. Manifestações e exposições sociais marcam as atuais lutas sociais, como aconteceu no assassinato de George Floyd¹ e no caso de transfobia contra Duda Salabert², os quais tiveram grande repercussão *online*, resultando em condenações legais dos culpados. A Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos estão cada vez mais incluindo leis e normas para o combate aos crimes discriminatórios, como a lei n. 7.716/1989³, conhecida popularmente como Lei Caó que define os crimes resultantes de discriminação ou de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional⁴. Ademais, as redes sociais também estão atuando na disseminação de situações discriminatórias, por exemplo, através de influenciadores digitais e *hashtags* no Twitter.

Porém, o emaranhado da estrutura que nutre esses preconceitos é tão grande que cria diversas frentes a serem combatidas na luta pelo fim das discriminações. Devido a isso, torna-se de extrema importância que haja estudos, discussões, pesquisas e ações sobre as pequenas vertentes que mantêm os nós desse emaranhado, sendo um deles os discursos preconceituosos presentes no cotidiano.

¹ Matéria sobre o assassinato de George Floyd: Redação BBC News Mundo - <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>

² Matéria sobre o caso de transfobia contra Duda Salabert: Folha de Pernambuco - <https://www.folhape.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-por-transfobia-contra-duda-salabert-e/267057/>

³ LEI Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

⁴ Matéria sobre leis contra discriminação: Nexo Jornal - <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/As-leis-antidiscrimina%C3%A7%C3%A3o-1988-a-2016>

Uma grande aliada nas lutas e causas sociais é a comunicação e, principalmente, a mídia, que está presente ininterruptamente na vida das pessoas e é quem participa ativamente das relações e os discursos públicos que regem a sociedade. Dessa forma, do mesmo modo que ela pode ser usada como canal de manipulação e disseminação de discursos de ódio, a mídia também é capaz de transmitir os embasamentos das lutas sociais, além de apresentar como um espaço de troca de aprendizados e uma ferramenta de maior visibilidade e acesso à população. Assim, atitudes preconceituosas presentes no cotidiano, como ofensas públicas, que a princípio podem passar despercebidas, estão sendo cada vez mais expostas, discutidas e condenadas, o que fortalece as mídias sociais como intermediárias nas causas sociais.

Iniciativas como *Me Too*, *Black Lives Matter* e *Body positivity/neutrality* se tornam incentivos para a manutenção de todo o movimento social contra os preconceitos, e também é um dos motivos que incitou a produção deste trabalho. A possibilidade de levar uma discussão importante para as pessoas em um formato de mídia e linguagem mais acessíveis, para que tanto um adolescente quanto um idoso possa compreender, é o que fez a escolha do gênero revista digital. Os organizadores do livro *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*, Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa e Marco Túlio Câmara (2018) ressaltam que os novos métodos e tecnologias são grandes aliados dos movimentos sociais e que:

O impacto da consolidação das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) não foi só na Comunicação, reconfigurando a lógica midiática tradicional, mas também no ativismo – trazendo novos contornos a um complexo movimento de contínuas metamorfoses do discurso político (...) Essas transformações levam, então, à necessidade, para os diversos campos das Ciências Humanas, de pensar constantemente novos objetos e novas práticas para as abordagens e análises contemporâneas. Surgem novos discursos e métodos de militância em diversas conjunturas e contextos nos quais se observam grandes desigualdades socioeconômicas, injustiças, intolerância, não reconhecimento de direitos e de identidades, além do desgaste das democracias representativas. (BRAIGHI; LESSA; CÂMARA, 2018, p.15)

Com isso, o modelo de revista digital *online* permite que um assunto de tal importância e complexidade seja apresentado de forma informativa, dinâmica e digitalmente acessível, assim como interativa, fazendo com que o conteúdo seja atrativo para a leitura e facilmente compartilhável.

Outro motivo para a escolha do formato revista digital é a produção em si, especificamente a diagramação, pois esteve muito presente durante a minha graduação e foi onde eu mais me encontrei durante essa trajetória. Além disso, somando-se à diagramação, trabalhar um tema que sempre me causou incômodos juntamente com a contribuição de todas

as pessoas com quem conversei para este trabalho, além dos estudos realizados, foi de extrema importância para mim. Ademais, acredito que o presente tema é de intensa relevância para uma formação mais ética na minha vida pessoal e profissional, sendo possível oferecer uma prática jornalística mais respeitosa e inclusiva. Desse modo, ter a possibilidade de levar uma discussão importante de forma estimulante para que, por exemplo, meus sobrinhos e ao mesmo tempo meus pais compreendam, foi essencial no processo de escolha do presente trabalho.

Portanto, o projeto visa discutir a complexidade que existe na reprodução de falas discriminatórias, que são extremamente presentes na nossa cultura, e como contribuem para a manutenção dos preconceitos na comunidade. Além disso, também aprofundar na discussão sobre cada tipo de preconceito abordado, apresentar contextos atuais e perspectivas de pessoas que fazem parte dos grupos afetados. Dessa forma, espera-se popularizar e contribuir com a conscientização da sociedade em relação a como discursos cotidianos podem ser ofensivos, pois, a comunicação pode ser uma grande aliada nas lutas sociais, mas também pode ser destrutiva na mesma proporção.

CAPÍTULO 1 – DISCUSSÕES EM TORNO DA LINGUAGEM: SENTIDOS E CONSTRUÇÕES ESTEREOTIPADAS

1.1 Preconceito e estereótipo

A palavra “preconceito” expressa seu significado em sua própria formação que é derivada da junção das palavras “pré”, que quer dizer antecedência ou antecipação, e “conceito”, que denota um resumo ou algo concebido, ou seja, o preconceito é uma opinião formada precipitadamente em relação a um objeto ou a uma pessoa.

Dessa forma, podemos dizer que a pessoa predisposta ao preconceito é definida ao longo de seu desenvolvimento e que essa predisposição independe do objeto alvo. Porém, as determinações impostas pelos estereótipos sobre os seres fazem com que os julgamentos sejam direcionados a pessoas específicas e, assim, se tornando uma importante peça na manutenção dos preconceitos.

Ou seja, ao mesmo tempo que podemos afirmar que o indivíduo predisposto ao preconceito independe dos objetos sobre os quais aquele recai, podemos dizer também que o objeto não é totalmente independente do estereótipo apropriado pelo preconceito que lhe diz respeito. O estereótipo em relação ao negro não é o mesmo daquele que se volta contra o judeu que, por sua vez, é diferente do estereótipo sobre o deficiente físico. (CROCHIK, 1996, p.47)

A autora Dylia Lysardo Dias (2006), em sua participação no livro *Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade*, explica que os estereótipos são interdiscursos que ao serem repetidos vão se consolidando como representações socialmente partilhadas e, assim, os estereótipos dependem de reconhecimento do que ela nomeia como “citação social”. Segundo a autora, a citação social está relacionada a modelos culturais difundidos que tentam universalizar percepções e impor uma concepção comum, ou seja, a tendência dos estereótipos é generalizar e homogeneizar crenças e comportamentos, estabelecendo normas sociais. Dias (2006, p.29) ainda afirma: “o singular é atribuído a uma categoria geral, a diversidade é relativizada, as identidades individuais são diluídas em favor de identidades coletivas”.

O preconceito não é definido pelas características da pessoa que é alvo, mas sim por um desenvolvimento pessoal pautado por juízos grupalmente dados àquela pessoa ou grupo em questão. Com isso, a concepção tem como base a percepção do ser que ocupa um lugar

privilegiado de julgamento e que coloca sua interpretação como verdade absoluta. Como Miranda aponta:

O preconceito é entendido, dentro desta perspectiva, como uma categoria fundamental de pensamento e comportamento da vida cotidiana, quando estes se alienam. Falsos juízos de valor caracterizam o preconceito, na medida em que o caráter pragmático da atividade cotidiana orienta-se em juízos já elaborados, esquemas recepção do todo social. Dessa maneira, os objetos e conteúdos de preconceito podem apresentar um caráter comum, concordando com concepções morais ou religiosas de um determinado grupo ou categoria social. (MIRANDA, 2012, p.48)

Tais falsos juízos de valores fazem com que indivíduos não precisem vivenciar suas próprias experiências, ou seja, que recebam os pensamentos já processados e, dessa forma, apenas reproduzem. Consequentemente, as pessoas perdem a própria autonomia e, a partir desse conjunto de convicções impostas por classes dominantes, cria-se uma generalização para os indivíduos de um determinado grupo e, assim, o sujeito preconceituoso não precisa sequer ter contato ou experiências próprias com o objeto de preconceito.

Outra questão desencadeada que deve ser levada em conta é a generalização das características decretadas pelos preconceitos sobre as pessoas de um determinado grupo. O ser humano naturalmente cria expectativas e opiniões antes de uma experiência, porém, é exatamente a própria vivência da experiência que faz com que essas suposições sejam repensadas. No entanto, o preconceito anula oportunidades de que isso seja possível, pois os falsos juízos de valores pré-concebidos fazem com que a possibilidade de correção pela experiência seja prejudicada e, desse modo, extingue a contraposição ao estereótipo. Sendo assim, os preconceitos possuem como base os estereótipos e, segundo Dias (2006), “Os estereótipos fornecem uma ilusão de naturalidade, arbitrando sobre as concepções do sujeito e prefigurando sua “leitura do real”. Esse “real” não é apreendido através da experiência, mas determinado por um dizer previamente estabelecido que sugestiona uma dada percepção”.

Para Miranda (2012), a falta de assimilação pessoal forma indivíduos alienados, o que os torna incapazes de desenvolverem pensamentos e comportamentos próprios. Essa alienação estrutura pessoas reprodutoras de padrões e ações pré-determinadas, sendo incapazes de tomar decisões individuais.

Em outras palavras, alienação está presente quando, por conta de determinadas condições materiais, sociais e econômicas, a estrutura da vida cotidiana incha, hipertrofia-se, e penetra em todas as esferas da vida dos indivíduos. Nessas circunstâncias é raro que os indivíduos consigam distanciar-se, ainda que momentaneamente, das formas automáticas e espontâneas de agir, pensar e sentir da

cotidianidade. Mais raro ainda é que eles cheguem a questionar a aparente naturalidade desse modo de ser. (ROSSLER, 2004, p.113)

Dessa forma, as condições materiais, sociais e econômicas estabelecem os sentidos e alvos dos preconceitos, somado à experiência e aos prejulgamentos não repensados, chega-se à conclusão de que existem benefícios na manutenção desse cenário, e isso aponta que há uma dimensão social e cultural das discriminações. Rossler afirma que

O cotidiano torna-se sinônimo de alienação quando sua dinâmica impede os homens de se apropriarem da genericidade para si, quando o indivíduo está preso ao reino daquelas necessidades materiais e psíquicas estritamente indispensáveis para reproduzir-se como indivíduo. Sendo que em nossa sociedade de classes isso significa, na maioria das vezes, estar preso ao que é necessário para sua sobrevivência quase que exclusivamente física, isto é, orgânica. (ROSSLER, 2004, p.112)

Assim, pode-se dizer que as pessoas seguem os padrões sem fazerem questionamentos pois querem continuar inseridas naquele ciclo e classe social e, para isso, o caminho, pelo menos o mais fácil, é apenas reproduzir o que já está determinado. Contudo, essa construção e reprodução social e cultural dos preconceitos não foi ingênua, teve e tem como objetivo manter uma ordem social a qual beneficia determinados grupos.

Assim, no próprio processo civilizatório está presente uma contradição que, ao mesmo tempo que permite o progresso, indica a manutenção da ordem social. Os preconceitos serviriam para auxiliar a conservação desta ordem, na medida em que tendem a fixar e a naturalizar a realidade a partir da qual são criados. (CROCHIK, 1996, p.50)

Além disso, na medida em que esse processo foi se desenvolvendo, criou-se um ideal de como ser e viver, assim como um de não ser e não viver. Dessa forma, os preconceitos e os estereótipos são reforçados numa sociedade que é guiada rumo a um padrão social e cultural. Para Filho (2004), os estereótipos são uma forma influente de controle social que trabalham para estabelecer fronteiras entre o normal e o anormal, o nós e eles, aumentando a auto-estima e contribuindo para a união do “nós, normais” em uma “comunidade imaginária” e, ao mesmo tempo, excluindo o “eles, anormais”, ou seja, tudo que seja diferente e que não encaixe.

No entanto, outra questão que deve ser considerada como parte deste cenário é o psíquico individual das pessoas. Toda a construção histórica dos preconceitos é pautada nas ações das sociedades dominantes, as quais são formadas por indivíduos que regem os pensamentos comuns e que, dessa forma, influenciam e mantêm as estruturas que os beneficiam. Miranda (2012) explica que pessoas assim não conseguem assumir seus

sentimentos de desprezo e intolerância e, com isso, fazem do objeto de preconceito seu alvo de destruição para que possam evitar experiências vivenciais e contato, ou seja, criam esse mecanismo de defesa para não sofrerem de forma alguma. Dessa forma, a pessoa preconceituosa revive estereótipos e se torna um agressor na medida em que replica todas essas concepções pré-formuladas e errôneas. Assim como Filho (2004) expõe, o estereótipo é um modo de representação complexo embasado em estratégias de individuação e marginalização, resultando em um efeito de verdade que deve sempre estar além do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente.

1.2 Sobre expressões, bordões e ditados populares

Que cultura não possui frases para expressar sentimentos, emoções, comentários, desejos ou opiniões? E quais ou quantas pessoas sabem o real significado dessas frases? A linguagem é um universo de possibilidades para que as pessoas se expressem perante alguma situação, podendo utilizar-se de falas respeitadas ou não, de acordo com a intenção desejada. Dessa forma, ao longo do desenvolvimento da sociedade, são criadas expressões, bordões e ditados que se tornam populares e passam de geração para geração, compondo a cultura da sociedade em questão.

Dentre os vários recursos, que compõem o texto falado, concepcionalmente considerado, estão os ligados à chamada “fraseologia popular”, em que se incluem gírias, ditados, expressões formulaicas, idiomáticas ou não, clichês, chavões, slogans, provérbios, entre múltiplos outros. Esses recursos, grosso modo, enquanto “frases feitas”, são farinha do mesmo saco. (URBANO, 2008, p.37)

No entanto, o que não é analisado e percebido são as origens de tais falas e o que elas realmente denotam. Muitas expressões que são populares e usadas comumente possuem uma base referencial preconceituosa, por exemplo, “mercado negro”, “a coisa tá preta”, “olho gordo”, “vira homem”, “isso é coisa de mulherzinha”, etc. Urbano (2008, p.38) explica que “há que se imaginar que as expressões e provérbios, de modo geral, são criados ou acontecem no seio do povo em situações concretas, portanto, com significado denotativo, e, logo, ou com o transcorrer do tempo e das situações, esse significado vai se metaforizando.” Pode-se entender que muitas expressões preconceituosas surgiram em tempos e sociedades extremamente discriminatórias que vivenciavam situações concretas das quais os termos eram retirados. Tais situações provindas, por exemplo, de sociedades escravistas, onde surgiram termos como “criado-mudo”, “meia-tigela” e “feito nas coxas”, referentes aos modos como os

escravos eram tratados, assim como de sociedades machistas e homofóbicas, as quais os homens engrandeciam seus lugares de poder, desmereciam mulheres e enojam homossexuais e, com isso, surgiram termos como “lugar de mulher é na cozinha” ou “quem é o homem da relação?”.

Dessa forma, expressões, ditados e bordões preconceituosos, além de atacar diretamente grupos sociais, também fere as individualidades das pessoas. A linguagem é uma das maiores ferramentas que os seres humanos possuem e, como explica Marli Quadros Leite em seu livro *Preconceito e intolerância na linguagem*:

A linguagem é um fenômeno multiforme e heteroclítico, que se manifesta diversamente de usuário para usuário, de circunstância para circunstância, mas a atitude dos preconceituosos e dos intolerantes é homogeneizadora e, portanto, surge para exigir o cumprimento de padrões uniformizadores em detrimento de variáveis importantes, como respeito pela integridade da pessoa. (LEITE, 2012, p.14)

Dessa forma, relacionando-se com o poder da linguagem, Daniel Sarmiento faz uma interessante conexão em seu texto *A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”*, não especificamente sobre expressões preconceituosas, mas sobre o discurso de ódio (*hate speech*) e o incentivo à manutenção do preconceito. Sarmiento (2006) apresenta como as individualidades e cidadanias das pessoas que são vítimas de discriminações são afetadas, na tentativa de retirá-las da esfera pública. Ele explica que

embora as idéias de inferioridade dos membros dos grupos vitimizados pelo preconceito não obtenham na sociedade contemporânea muitas adesões explícitas, a sua difusão tende a reforçar certos estereótipos negativos e irracionais, levando muitos indivíduos a desvalorizarem inconscientemente as contribuições ao debate público trazidas por componentes destes grupos, deixando de considerá-las devidamente na formação das suas próprias opiniões. (SARMENTO, 2006, p.34)

Ademais, os danos gerados nas pessoas ou nos grupos afetados pelas violências verbais, são incontáveis. Sarmiento (2006) aponta que diversos sentimentos negativos, como angústia, medo e revolta, são causados às vítimas, podendo, inclusive, alcançar uma dimensão física. Além disso, o constante reforço de estereótipos por meio dos discursos, faz com que essas afirmações sejam cristalizadas na sociedade.

A repetição, por exemplo, de afirmações como a de que os judeus são traiçoeiros, os índios são preguiçosos ou de que os homossexuais masculinos são fúteis e devassos, acaba afetando a percepção que a maioria das pessoas têm dos integrantes destes grupos, reforçando estigmas e estereótipos negativos e estimulando discriminações. (SARMENTO, 2006, p.42)

Dessa forma, pode-se relacionar os discursos de ódio às falas discriminatórias intrínsecas na sociedade, obtendo como resultado prejuízos individuais para as vítimas e, também, para a democracia, que perde vozes na sua constante construção. Conforme Sarmiento (2006, p.31), a liberdade de expressão “permite que a vontade coletiva seja formada através do confronto livre de idéias, em que todos os grupos e cidadãos devem poder participar, seja para exprimir seus pontos de vista, seja para ouvir os expostos por seus pares”.

Portanto, nos dias atuais, muitas expressões de origem discriminatória são usadas no dia a dia da sociedade, reforçando, assim, a manutenção das ofensas preconceituosas e do desrespeito ao próximo. Com isso, é necessário analisar, repensar e substituir vocabulários que não estão mais de acordo com a conjuntura atual, para que seja realmente possível pensar numa sociedade que visa o respeito às diferenças e à inclusão social para todos e todas.

1.3 Liberdade de expressão e discursos de ódio

Todo ser humano possui o direito à liberdade de pensamento e de expressão, “mais do que um direito, a liberdade de expressão pode ser entendida como um conjunto de direitos relacionados às liberdades de comunicação” (TÔRRES, 2013, p.62). Segundo a autora, na ordem jurídica contemporânea, a liberdade de expressão configura-se em uma associação de direitos relacionados às liberdades de comunicação, sendo elas: a liberdade de expressão propriamente dita, a liberdade de criação e de imprensa. Além disso, Tôrres ainda acrescenta que o direito de informação também está incluído nesse conjunto. Sendo assim, a possibilidade de se expressar livremente, sem receio de sofrer censura ou represálias, é o que configura o direito de liberdade de expressão às pessoas e é também o que estabelece a comunicação na sociedade.

No entanto, a grande questão que percorre as discussões atuais é: até que ponto um discurso pode ser considerado como expressão de sua liberdade? Ou seja, atualmente qual é a linha que, se ultrapassada, uma fala se torna um discurso de ódio e fere outros direitos humanos?

Primeiramente, deve-se analisar que o contexto da liberdade de expressão teve início somente no século XVIII, quando a França assinou a lei de Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, que previa a livre manifestação e comunicação de ideias. No entanto, a universalização só veio em 1948, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), documento que prevê a garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos. No artigo 19º da Declaração, tem-se que “Todo o

indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

No contexto brasileiro, o direito fundamental à liberdade de expressão só foi conquistado com a Constituição Federal de 1988, quando um Estado Democrático de Direito havia sido constituído, e que está em vigor até os dias atuais. O artigo 13º estabelece que “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha”.

Dessa forma, o direito à liberdade de expressão garante aos cidadãos o poder de se expressar e se manifestar sobre os diversos assuntos que circundam a sociedade, além de garantir a pluralidade de posicionamentos na política e em ideologias. Ou seja, é uma condição essencial para a cidadania, democracia e para uma sociedade livre.

No entanto, as opiniões expostas e compartilhadas devem respeitar os outros direitos e limites da Constituição. No segundo ponto do artigo 13º, referente à liberdade de pensamento e de expressão, encontra-se a seguinte constatação: “O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.”

A partir desse ponto é que toca-se o cerne da questão sobre quais são os limites da liberdade de expressão. Com isso, a Constituição Federal, seguindo o artigo 13º, prevê quais são as fronteiras que devem ser respeitadas ao exercer esse direito. Alguns pontos expostos são:

1. “É importante enfatizar que o direito à liberdade de expressão não é um direito absoluto, ele pode estar sujeito a restrições, (...) a Convenção Americana, no seu art. 13.2, prevê a possibilidade de estabelecer restrições à liberdade de expressão, que se manifestam através da aplicação de responsabilidade adicional pelo exercício abusivo deste direito”.
2. “Publicações que extravasem, abusiva e criminosamente, os limites razoáveis que conformam, no plano ético-jurídico, a prática da liberdade jornalística, degradando-a ao nível primário do insulto e da ofensa, não merecem a dignidade da proteção constitucional, pois o direito à livre expressão não pode compreender, em seu âmbito

de tutela, exteriorizações revestidas de caráter delituoso. A prerrogativa concernente à liberdade de manifestação do pensamento, por mais abrangente que deva ser o seu campo de incidência, não constitui meio que possa legitimar a veiculação de insultos ou de crimes contra a honra de terceiros”.

Portanto, no geral, a liberdade de expressão se estende até o ponto em que não fere os direitos de um outro na sociedade. A problemática se origina quando pessoas usam como justificativa o fato de possuírem o direito à livre expressão e, dessa forma, expõem seus pensamentos que atacam um próximo, ao mesmo tempo que, ou acham que suas falas não atingem negativamente o outro ou sabem que atingem mas supõem que podem fazê-lo devido ao direito estabelecido. No entanto, a maioria das pessoas não interpretam os pontos impostos na Constituição Federal e na Legislação Brasileira ou acham lacunas para tentar burlá-las. Além disso, muitas dessas situações são enquadradas como crimes perante a lei, como a Lei nº 7.716 institui: Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional; ou a Lei nº 12.288/10: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Atualmente, existem várias leis e normas que visam o combate às discriminações e uma das maiores questões atuais são os discursos de ódio (*hate speech*) ou como Ilton Filho e Ingo Sarlet (2016) explicam: “no tocante à tradição brasileira, a liberdade de expressão encontra limites na dignidade da pessoa humana de todas as pessoas e grupos afetados quando utilizada para veicular mensagens de teor discriminatório e destinadas a incitar o ódio e até mesmo a violência”. (FILHO; SARLET, 2016, p.128)

Nesse contexto, os discursos de ódio são classificados como qualquer ato de comunicação que tenha o intuito de insultar, assediar ou intimidar uma pessoa ou um grupo em razão de sua cor, etnia, religião, sexo, nacionalidade, etc. Além disso, também são considerados discursos de ódio, incitações à violência, discriminação ou ódio à outras pessoas. Atualmente, tais discursos são proliferados cada vez mais, principalmente pela repercussão na internet e em redes sociais. A autora Anna Clara Lehmann Martins (2019) explica que

O emissor do discurso de ódio faz largo uso de certas estratégias de persuasão, aproveitando elementos relativos à área de publicidade e propaganda para angariar adeptos. Entre essas estratégias, como constatado por Brown (1971, p. 27-30), há a criação de estereótipos, a substituição de nomes, a seleção exclusiva de fatos favoráveis ao seu ponto de vista, a criação de “inimigos”, o apelo à autoridade e a afirmação e repetição. Também, a ausência de contraposição direta e imediata a tais mensagens, e com o uso de técnicas de manipulação emocional, aumenta a probabilidade de aceitação do discurso lesivo. (...) o discurso de ódio, ademais de expressar, busca intensificar a discriminação. (MARTINS, 2019, p.3)

Dessa forma, os discursos de ódio dispõem do papel de inviabilizar uma comunicação social aberta e respeitável, pois, são voltados para a exposição e para o ataque pessoal a terceiros. Ainda, o *hate speech* se configura como um insulto direto à igualdade, pois, prega a inferiorização e discriminação de indivíduos ou grupos sociais, na tentativa calá-los e humilhá-los. Essas agressões morais ferem as individualidades e a saúde física e mental das pessoas que se tornam alvos, as quais são extremamente violadas e , além de todos os danos em suas vidas particulares, ainda as impossibilitam de exercer suas cidadanias por meio de exporem opiniões e ideias em relação à discussões importantes tanto para a sociedade e quanto para o Estado. Assim, os ataques não se limitam somente aos indivíduos em questão, mas também se estendem à democracia, pois, além de afetar a ordem social, ainda prejudicam os debates em relação às problemáticas sociais.

Com isso, Andrade (2021) afirma: O preconceituoso - seja ele racista, sexista, homofóbico ou de outro tipo -, porque vê o outro como não igual, acredita que este tem menos direitos, ou até nenhum direito, não se dando conta de que não é porque as pessoas são iguais que têm os mesmos direitos, mas é por terem os mesmos direitos que são iguais. (ANDRADE, 2021, p.12) Portanto, todas as pessoas possuem os mesmos direitos previstos por lei e os limites da liberdade de expressão não podem ultrapassar o respeito ao próximo. Os discursos de ódio consistem em crimes e se localizam depois desses limites, sendo um cruel ataque não só à pessoa ou ao grupo afetado, como também à democracia e sociedade como um todo.

CAPÍTULO 2 - JORNALISMO DIGITAL, JORNALISMO DE REVISTA E O GÊNERO REVISTA DIGITAL ONLINE

Ao longo do desenvolvimento tecnológico, muitas foram as mudanças nos meios comunicacionais. A telecomunicação veio para pôr fim na barreira “distância” e permitir que pessoas interajam independente do quão longe estão umas das outras. Além disso, Rodrigo Roza (2017) chama a atenção para uma outra barreira que foi transpassada: o tempo.

O fenômeno da implosão do tempo, por sua vez, também se apoia nos avanços das tecnologias. As velocidades de processamento de dados ficaram cada vez maiores com a evolução dos computadores, incluindo tablets e smartphones. As mais longínquas regiões do planeta passaram a poder trocar informações com velocidades cada vez maiores e em tempo real por meio dos sistemas de telecomunicações. (ROZA, 2017, p.4)

Dessa forma, pode-se considerar que uma nova era foi estabelecida, sendo nomeada de diversas formas, como sociedade, economia ou era da informação ou do conhecimento (LASTRES, 1999), sociedade da aprendizagem (POZO, 2004; COUTINHO; LISBÔA, 2011), sociedades do conhecimento (UNESCO, 2005) e sociedade em rede (CASTELLS, 2005, 2010); (ROZA, 2017). Assim, com diversas novas tecnologias, todo o mundo e as formas de comunicação foram modificadas, permitindo que novas estruturas e estratégias fossem criadas, por exemplo, no campo da educação, economia e ciência. Com isso, atualmente, o que se torna de grande importância nas organizações que movem esses campos é o capital intelectual e não mais o físico (ROZA, 2017).

No entanto, o ponto a ser destacado é que o que permitiu tal mudança foi a revolução informacional, a qual abriu espaço para a valorização da informação e do compartilhamento da mesma. Desse modo, a base para essa atual sociedade, como o próprio nome já diz, é a informação. Tal palavra pode ser inicialmente definida, segundo Rafael Capurro (2007), considerando dois contextos básicos em que a palavra *informação* é utilizada: os atos de moldar a mente e de comunicar conhecimento. Capurro explica que, na época da idade média, a palavra “informação” expressava o sentido de “moldar a matéria”, porém, ao longo do tempo, o significado foi se modificando até chegar ao que conhecemos hoje em dia:

1. conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto ou pessoa.
2. ato ou efeito de informar(-se); informe.

(Dicionário de *Oxford Languages*)

Dessa forma, Capurro conclui que

Os usos modernos do termo informação indicam um período de transição no qual o conceito ontológico medieval de *moldar a matéria* não apenas foi abandonado, mas refeito sob premissas empíricas e epistemológicas. Tem sido extremamente interessante observar como o conceito de informação está intimamente ligado a visões sobre o conhecimento. (CAPURRO, 2007, p.159)

A partir disso, pode-se analisar o fato de que as informações, sendo comunicadas e compartilhadas, constroem conhecimentos que são levados para o âmbito social e como Roza (2017) acrescenta, o conhecimento provém do ato de conhecer e que compreende-se como a capacidade de formar uma opinião sobre algum determinado assunto. Ademais, Roza aponta que a informação representa o conhecimento e, assim, possui a intenção de gerar conhecimento nas pessoas, nos grupos sociais ou na sociedade.

Portanto, não só no campo comunicacional, como em todo o campo social, as informações são fonte de conhecimentos que permitem que a sociedade esteja sempre em progresso e evolução. Dessa forma, quando discutidas e compartilhadas, as informações promovem uma rede de debates e inovações em relação aos diferentes assuntos que circundam a coletividade, além de agregar aos pensamentos e crescimentos individuais e de grupos sociais.

Informação e conhecimento estão intimamente ligados ao jornalismo e à comunicação social, pois, essas duas coisas são pilares fundamentais para que todo o trabalho realizado funcione e, ao mesmo tempo, são espaços para compartilhar informações e promover conhecimentos. O jornalista Eduardo Meditsch (1998) aponta uma visão a respeito do jornalismo relacionado à ciência. Tal visão se baseia na questão de que, na verdade, o jornalismo apresenta uma realidade diferente de outros modos de conhecimento e, por isso, ainda é possível que ele exponha uma realidade que outros não possam mostrar. Além disso, Meditsch ainda afirma que esse é um modo de produzir conhecimento, e que não apenas o produz, como também o reproduz de forma diferenciada, devido à comunicação que é intrínseca ao jornalismo.

A partir disso, pode-se afirmar que tanto o jornalismo como a comunicação social são meios de produção e disseminação de informações e conhecimentos que contribuem para a formação de uma sociedade mais ciente e instruída, capaz de promover discussões e desenvolvimento para o corpo social.

O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais.

A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social. (MEDITSCH, 1998, p.28)

Uma outra possibilidade relevante que a prática jornalística permite é a diversidade de formas de se produzir e compartilhar conteúdos, por exemplo, por meio de reportagens, matérias, notícias, entrevistas, podcasts, *posts*, vídeos, entre outros. A autora Marcella Rasêra (2010) explica que além de o meio digital viabilizar a produção e divulgação desses conteúdos multimídias, também possibilita que mais pessoas sejam alcançadas por formas mais dinâmicas. Assim, é gerada uma interatividade que permite a participação do leitor, criando mais chances de capturar o interesse do público alvo. Rasêra também afirma que o jornalismo digital é o conjunto da extração das melhores partes das mídias tradicionais (jornais, revistas, rádio e televisão), resultando em um produto novo. Desse modo, toda essa dinamicidade proporciona uma experiência possivelmente mais agradável tanto para o leitor quanto para o produtor, o que faz com que o jornalismo digital se torne uma forte ferramenta dentro da comunicação em rede.

Apoiando-se nisso, uma das possibilidades de criação dentro do jornalismo digital é a produção de revistas digitais *online*. O chamado jornalismo de revista, segundo Larissa Azubel (2013), é um veículo amplificador que permite aprofundar histórias que a mídia imediata publica rapidamente. Devido à periodicidade das revistas, é possível que a construção das informações sejam mais meticulosas e exploradas, além de incluir opiniões e, assim, tornar os textos mais interpretativos.

Marcelo Freire (2013) afirma que

O jornalismo de revista, embora apresente características específicas no que concerne à sua estrutura, à narrativa e à interface, mantém o perfil básico do jornalismo. Credibilidade, veracidade, ética e clareza são pressupostos para a delimitação deste perfil de produção. São elementos gestados pelas teorias da comunicação e do jornalismo, que se refletem nas práticas profissionais e no produto desenvolvido pelos jornalistas. (FREIRE, 2013, p.32)

A partir disso, o jornalismo de revista permite que conteúdos informacionais e verídicos sejam compartilhados de forma mais dinâmica, Tatiana Dourado (2013) define que “Em geral, as revistas informam e entretém, ficando no meio-termo entre com o livro e o jornal diário”. (DOURADO, 2013, p.38) Com isso, o jornalismo de revista possui esses dois papéis e, assim como Freire lembra, a revista assume o compromisso com o leitor de: contar histórias, analisar as informações, apresentar uma linguagem mais leve, mais imagética ou mais analítica, acompanhar os acontecimentos e informar ao público de maneira

comprometida passam a ser a responsabilidade da publicação e de seus jornalistas. (FREIRE, 2013, p.34)

Segundo Natansohn, Cunha, Barros e Silva (2010), as revistas digitais se caracterizam pela hipertextualidade e interatividade, as quais possibilitam a produção de novos formatos mais criativos e originais. Ademais, os autores afirmam que o jornalismo de revista é mais aprimorado em termos tecnológicos, estéticos e de linguagem, por incorporar quase todas as ferramentas disponíveis na, como eles nomeiam, experiência digital. Portanto, toda essa estrutura é pensada e adaptada para captar a atenção do leitor ao conteúdo disponibilizado.

Dessa forma, esse formato se torna interessante devido à vasta possibilidade de conteúdos e formas a serem trabalhadas, como a utilização de imagens e fotografias, entrevistas, fatos, relatos, notícias, etc, e, atrelando-se à possibilidade da produção de uma revista que também seja digital e *online*, gerou o formato escolhido deste projeto prático.

Como Natansohn e Cunha (2010) apontam, o jornalismo atual, além de precisar lidar com os diferentes sistemas midiáticos e dispositivos eletrônicos, também precisa incluir a participação ativa e o comportamento não previsível dos leitores, que buscam fluxo de entretenimento e informação. Segundo os autores, é notório que o jornalismo de revista promove experiências mais enriquecedoras para os leitores que se tornam também usuários e produtores, sendo definidos como “prosumers”, ou seja, a junção desses três papéis - leitores, usuários e produtores. Dourado (2013) lembra que “A particularidade da ambiência digital se dá principalmente na interatividade, na navegação multilinear, no conteúdo multimidiático e na maior proximidade na relação com o leitor através do estímulo à participação”. (DOURADO, 2013, p.36)

A partir disso, o jornalismo de revista é uma opção muito viável para otimizar a fidelização de leitores, que estão em busca de uma experiência mais aprofundada e prazerosa em relação às informações e não somente vê-las apressadamente em noticiários. Freire (2013) afirma que a revista “Trata-se de um veículo singular, que acompanha o público em seus momentos de lazer, não só mantendo-o informado, mas propiciando a ele uma releitura dos eventos”. (FREIRE, 2013, p.35) No entanto, o autor, baseando-se nos pensamentos de Nilson Lage (2001), aponta para o fato de as revistas não possuírem a responsabilidade de trabalhar completamente todo o conteúdo jornalístico que seria possível na área de atuação em questão, mas indica que seja feita uma seleção na redação. Além disso, complementa que

Desta maneira, o planejamento e as diretrizes editoriais irão se refletir no produto jornalístico e o público poderá se ver representado nele. Embora seja uma das estratégias principais do veículo, o processo de construção da

notícia em revista não se restringe ao texto. Através das imagens, da infografia, da diagramação e da capa o jornalista pode falar ao leitor, pode entretê-lo e pode convencê-lo. (FREIRE, 2013, p.37)

Para isso, uma grande ferramenta das revistas digitais são o *design* e suas formatações. Natansohn, Cunha, Barros e Silva (2010) dizem que as “revistas nascidas na web” possuem inovações essenciais em seus *designs*, mas que a maioria simula as revistas impressas nos quesitos de, por exemplo, utilização de pdf e folheio de páginas. Isso acontece para que, ao mesmo tempo que tenha a dinamicidade e hipertextualidade, possa também oferecer uma experiência mais próxima do real físico e tocável.

Sobre a utilização do formato pdf (Portable Document Format) - desenvolvido pelo Adobe Systems - os autores explicam que: é um tipo de arquivo especialmente importante para a distribuição de revistas, uma vez que permite que o documento seja visto do jeito que foi criado em qualquer computador com um programa leitor, independente do sistema operacional ou família de fontes (NATANSOHN; CUNHA; BARROS; SILVA, 2010, p.5). Ademais, o pdf é um formato compatível com a maioria dos programas de editoração de revistas, como o InDesign - programa do Adobe - não necessitando, assim, de conversão, apenas de exportação. Além disso, ainda permite que a distribuição do conteúdo seja gratuita.

Já a funcionalidade de folhear as páginas (*flip page*) virtualmente foi criada exatamente para se parecer com o manuseio físico das revistas, possibilitando que as páginas passem de forma interativa, como se fossem folhas. Atualmente, existem aplicativos ou plataformas que publicam e compartilham revistas *online*. Os autores citados no parágrafo anterior exemplificam o aplicativo Issuu que, inclusive, será utilizado para a publicação deste trabalho.

O Issuu é uma ferramenta digital que une a utilização do pdf com o *flip page*, ou seja, permite que pessoas autônomas, empresas ou profissionais publiquem seus trabalhos impressos de forma *online* e interativa. Além disso, é possível gerar um *link* do arquivo publicado e compartilhá-lo em diversos lugares e com desejar, inclusive, o próprio Issuu redimensiona os arquivos para serem compartilhados em redes sociais, como Instagram e Twitter. A plataforma também permite que a visualização seja em tela cheia, os vídeos sejam incorporados e *links* que levem a outras páginas. No entanto, é importante se atentar à extensão permitida pelo plano básico, o qual é gratuito, como o limite máximo de 50 páginas a serem publicadas ou a impossibilidade de remover anúncios de terceiros.

A experiência dos leitores da plataforma Issuu é vasta, sendo possível acessar conteúdos, como jornais, revistas e estudos, de diversos lugares do mundo e de várias

editorias, como educação, gastronomia, viagens e outras. Tudo isso pode ser feito por meio de celulares, tablets e computadores e de forma simples e intuitiva.

Dessa forma, a ferramenta digital Issuu é uma escolha favorável para o compartilhamento e divulgação deste projeto prático que consiste em uma revista digital *online*. Portanto, o jornalismo digital juntamente ao jornalismo de revista permitem a criação de um ambiente de troca de conhecimentos *online* e amplo. Ademais, por meio da dinamicidade e do entretenimento, a revista digital *online* possibilita uma maior captação do público alvo que, neste trabalho, consiste em pessoas que estão abertas para uma melhor compreensão de assuntos sociais de forma mais simplificada, estimulante e informativa.

CAPÍTULO 3 - RELATÓRIO TÉCNICO

A revista LaBel foi desenvolvida com o intuito de divulgar informações de interesse social. Especificamente nesta edição, o foco é problematizar discussões sociais no âmbito das discriminações. Seguindo o tema “linguagem e preconceito”, decidimos abordar os seguintes preconceitos: machismo/sexismo, racismo, gordofobia e homofobia/lesbofobia. Esperamos mostrar perspectivas sobre como a linguagem atinge diretamente pessoas e grupos alvos de discriminação e como o modelo revista digital *online* pode ser uma forma de jornalismo muito promissora. Neste capítulo serão apresentadas as etapas do desenvolvimento deste projeto prático como trabalho de conclusão de curso.

3.1 Pré-produção

Inicialmente, antes do começo da disciplina de trabalho de conclusão de curso (COM390 - Trabalho de Conclusão de Curso I), eu anotava as ideias de possíveis temas para abordar no meu trabalho final. Escrevi uma lista, já excluindo as opções que não se adequavam muito à minha proposta de trabalho prático, o qual eu já tinha em mente. Quando a disciplina TCC1 iniciou, tivemos as primeiras orientações presenciais e uma delas era a decisão do professor ou da professora que iria nos orientar. Como eu já havia pensado em quem eu gostaria que me acompanhasse, entrei em contato com ela, Mariana Procópio. A escolha foi tanto pela área em que ela atua quanto pela ótima professora e pessoa que ela é.

Assim que ela retornou positivamente ao meu pedido, marcamos nossa primeira reunião. Nesse encontro, decidimos que o tema seria “Expressões, ditados e bordões preconceituosos/discriminatórios e como impactam a realidade de grupos sociais e suas lutas”, também comuniquei à Mariana que gostaria de desenvolver uma revista digital. A partir disso, combinamos que durante a disciplina de TCC1 iríamos realizar o projeto do trabalho e a disciplina de TCC2 seria voltada para a realização do mesmo.

A ideia do tema escolhido surgiu devido a um incômodo pessoal em ouvir falas no dia a dia que possuem um teor e/ou origem preconceituosa e que, muitas vezes, as pessoas reproduzem sem saberem que são problemáticas. Já o formato de revista digital foi uma decisão feita a partir da minha afinidade com a diagramação, descoberta durante a faculdade. Dessa forma, decidimos o primeiro passo para o desenvolvimento deste projeto prático. Durante a primeira disciplina, eu e Mariana formulamos os tópicos do projeto, além de separarmos referências bibliográficas para o embasamento teórico. O projeto foi essencial

para definirmos a proposta, o porquê deste trabalho e os objetivos que queríamos alcançar, assim, foi possível traçar qual rumo seguir a partir daí.

Ao iniciarmos a segunda disciplina, Trabalho de Conclusão de Curso II (COM490), eu e a minha orientadora fizemos uma reunião para realizar o planejamento, tanto de conteúdos quanto de prazos. Discutimos bastante sobre o tema e, assim, definimos que seria então um memorial para a parte escrita e a revista digital *online* para a parte prática. Além disso, fiquei responsável por formular uma proposta de sumário e organização do memorial e da revista para nosso próximo encontro.

A partir dos preconceitos que decidimos abordar - machismo, lgbtfobia, racismo e gordofobia - pesquisei no site do curso e na internet por trabalhos similares, assim, poderia analisar qual seria a melhor configuração para o meu projeto. Além disso, montei um documento com possíveis conteúdos para a revista, visto que é um formato muito dinâmico. Feito isso, me reuni com Mariana novamente e completamos a organização do memorial, partindo para o planejamento das entregas. Com isso, criamos uma agenda com datas e horários tanto para os envios quanto para as próximas reuniões. Ademais, minha orientadora me apresentou diversas referências de textos, livros e etc, e definimos possíveis fontes para as entrevistas a respeito dos preconceitos que seriam abordados.

Porém, neste momento eu estava passando por diversos problemas familiares e precisei tomar a decisão de voltar para minha cidade. Comuniquei para Mariana nessa mesma reunião e combinamos que posteriormente iríamos nos reunir de forma *online* e que seria possível realizar o trabalho à distância. No entanto, durante as semanas seguintes foi bastante difícil conciliar a produção do projeto com toda a mudança e preocupação.

3.2 Produção

Devido à situação pessoal em que eu me encontrava, durante a mudança, não consegui entregar a primeira parte do trabalho na data programada, enviando para a minha orientadora alguns dias depois. Com isso, acabei atrasando, também, a segunda entrega. No entanto, durante esse período, entrei em contato com a minha primeira possível fonte que aceitou ser entrevistada. Eu já havia pesquisado sobre ela e, a partir disso e do tema que falaríamos (racismo), formulei as perguntas que pretendia fazer para ela. Assim, marcamos um horário que fosse possível para nós duas e tivemos uma conversa muito bacana e enriquecedora, que fluiu além do roteiro de perguntas e do fato de ser *online*. Dessa forma, quando eu e Mariana tivemos nossa primeira reunião *online*, ajustamos um novo cronograma, mais livre e flexível

para que eu pudesse me organizar. Além disso, conversamos sobre a primeira entrega, a qual não havia muitas modificações a fazer, e contei sobre a primeira entrevista que havia sido realizada. Ademais, Mariana me passou os contatos das possíveis fontes que já havíamos mencionado anteriormente.

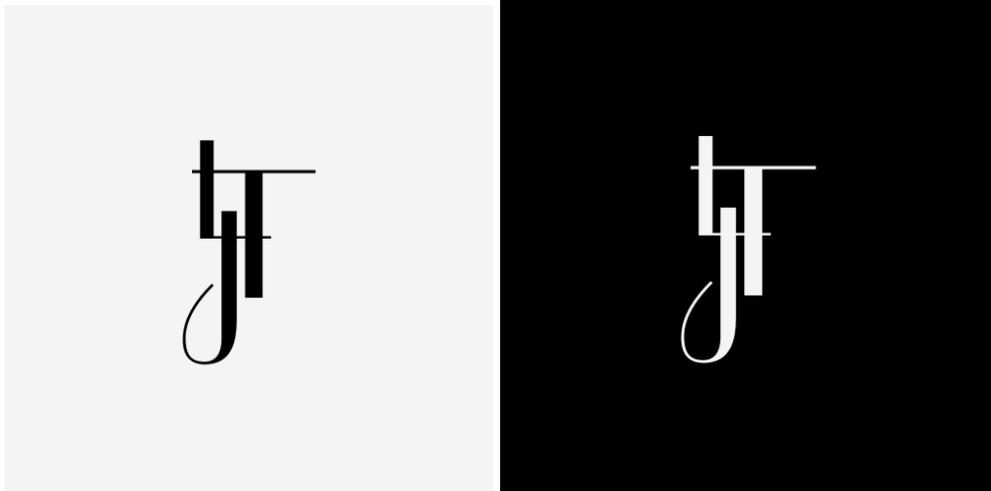
Assim que finalizamos a reunião, programei um cronograma com as atividades que deveriam ser realizadas, visto que eu e minha orientadora combinamos de nos encontrarmos novamente quando estivesse praticamente tudo finalizado, mantendo contato via e-mail e WhatsApp. Dessa forma, eu continuaria enviando as partes escritas para ela por e-mail e realizando as correções necessárias assim que recebesse seu retorno. Em relação à revista, iríamos nos reunir assim que tivesse um conteúdo maior finalizado e eu já pudesse apresentar para ela.

A partir disso e do cronograma organizado, segui com a produção do segundo capítulo do memorial juntamente com o contato com as fontes. Selecionei e entrei em contato com as pessoas que provavelmente mais se encaixariam nos assuntos das editorias, obtendo resposta de quase todas, exceto uma que seria voltada para uma perspectiva mais geral sobre linguagem e, possivelmente, para a editoria de machismo. As entrevistas foram marcadas para a mesma semana ou semana seguinte e, com os horários confirmados, planejei e organizei as perguntas que faria para cada fonte, levando em consideração o assunto que seria abordado e as próprias pessoas com quem conversaria. Depois disso, assim que finalizei o capítulo dois e enviei para Mariana, comecei a fazer as correções da introdução e do capítulo um que ela havia me encaminhado. Essas modificações me pegaram de surpresa, pois, mesmo que não fossem muitas, demorou mais tempo do que eu havia imaginado. No entanto, deu tudo certo durante essa etapa e finalizei essa parte.

A partir desse momento, o foco foi o processo de produção da revista. O primeiro passo foi criar a identidade visual e, como queria me basear no meu nome (Laura Jales Tranin), fiz um modelo utilizando as minhas iniciais para a capa, contracapa e assinatura nas páginas da revista; todas serviriam como um tipo de logo.

Figura 1: Logo na cor preta para a capa.

Figura 2: Logo na cor branca para a capa.



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 3: Logo na cor preta para as duplas de páginas.

Figura 4: Logo na cor branca para as duplas de páginas.

Figura 5: Logo na cor preta, fundo transparente, para as duplas de páginas.

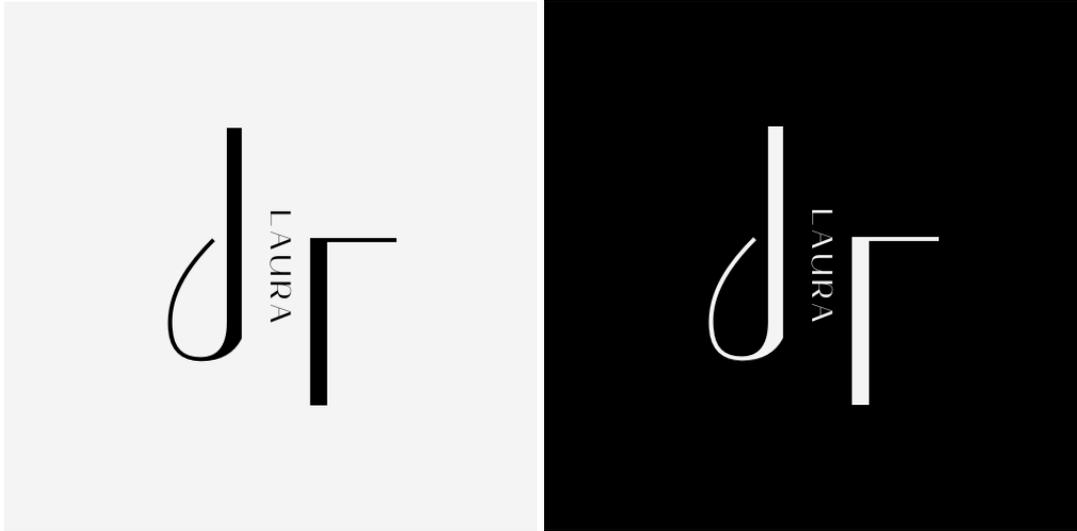
Figura 6: Logo na cor branca, fundo transparente, para as duplas de páginas.



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 7: Logo na cor preta para a contracapa.

Figura 8: Logo na cor branca para a contracapa.



Fonte: Elaboração da autora.

Para completar a identidade visual, era preciso definir a paleta de cores e as configurações da revista. Com a minha experiência participando da *Revista Amplie*, usei uma configuração parecida, diferenciando algumas medidas e todas as fontes. Assim, pesquisei as cores para compor a paleta e as fontes que seriam utilizadas como padrões de textos, as quais deveriam ter todos os elementos da língua portuguesa e ser de uso livre. Dessa forma, resultou nos seguintes formatos:

Figura 9: Paleta de cores.

Figura 10: Formatação *Indesign* e identidade visual.

Paleta:

PRETO 000000
 FUMAÇA BRANCA F4F4F4
 CINZA A3A3A3
 BRANCO FFFFFFFF
 65282E
 7C2213
 CC7B4F
 D88E3F
 FFA733
 F7ED33
 BCE036
 5AAA95
 78ECE3
 20E8C7
 DD9F4D

**Formato e Grids:**

Formato A4 e Grid de 8 colunas.

Configurações da página:

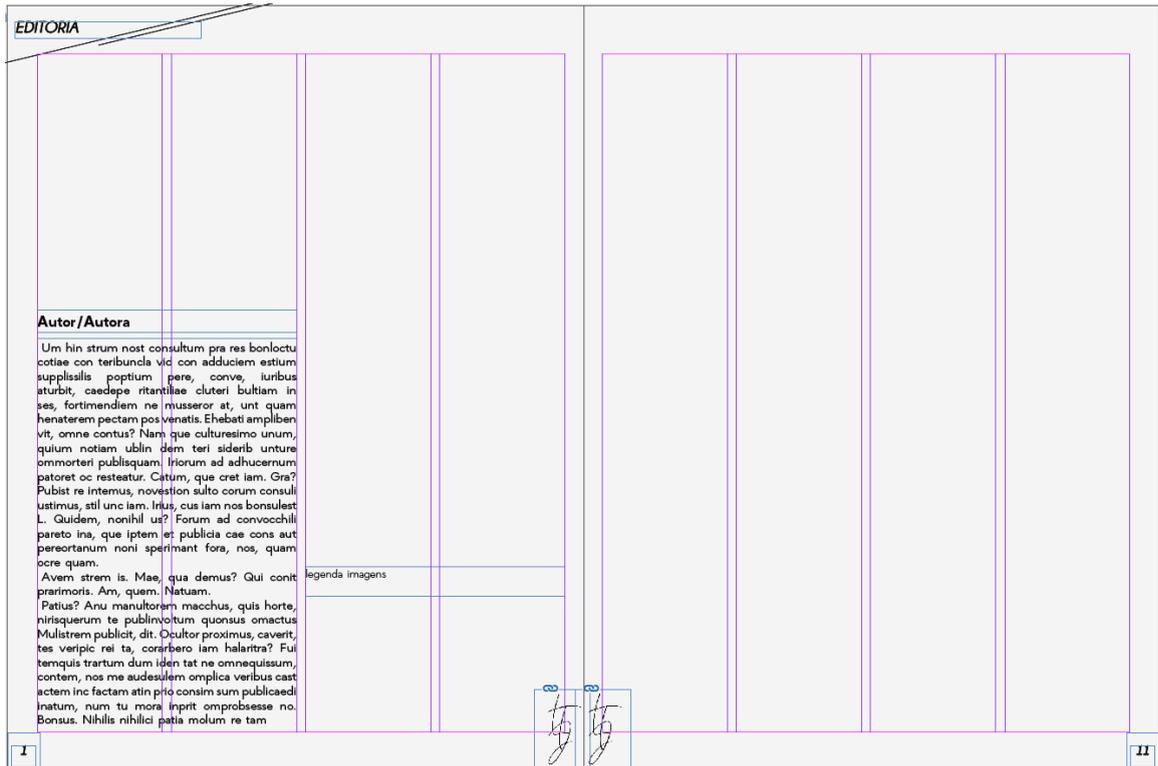
- Facing pages: 6
- Largura da página: 768 pixels
- Altura da página: 1024 pixels
- 4 colunas
- Column Gutter (medianiz): 12 px
- MARGINS (margem) → Top (superior): 65 px; Bottom (inferior): 50 px; Inside (interna): 25 px; Outside (externa): 40 px
- BLEED SLUG (Sangria): Tudo zerado
- Nome editoria - canto superior direito: Champagne & Limousines bold italic 22 pt. PRETO/FUMAÇA BRANCA
- Linhas editoria - canto superior direito - só na 1º pág da editoria: PRETO/FUMAÇA BRANCA
- Triângulos numeração: 44,707 x " PRETO/FUMAÇA BRANCA
- Numeração: Champagne & Limousines bold italic 18 pt. proximidade letras -60 PRETO/FUMAÇA BRANCA
- Rodapé: Assinatura internos/inferiores PRETO/FUMAÇA BRANCA
- Títulos: livres
- Corpo: MADE INFINITY PERSONAL USE LIGHT 16 pt. - Recuo de primeira linha: 6 px - sem hifenização
- Legenda imagens: MADE INFINITY PERSONAL USE LIGHT 14 pt.
- Nome do autor: MADE INFINITY PERSONAL USE MEDIUM 20 pt.

Fonte: Elaboração da autora.

Com esse primeiro passo definido, era possível montar a página base no programa *Indesign*, que seria utilizado para a produção da revista. Ao criar e iniciar a montagem, era necessário definir a identidade visual das duplas (2 páginas da revista), chegando ao seguinte resultado:

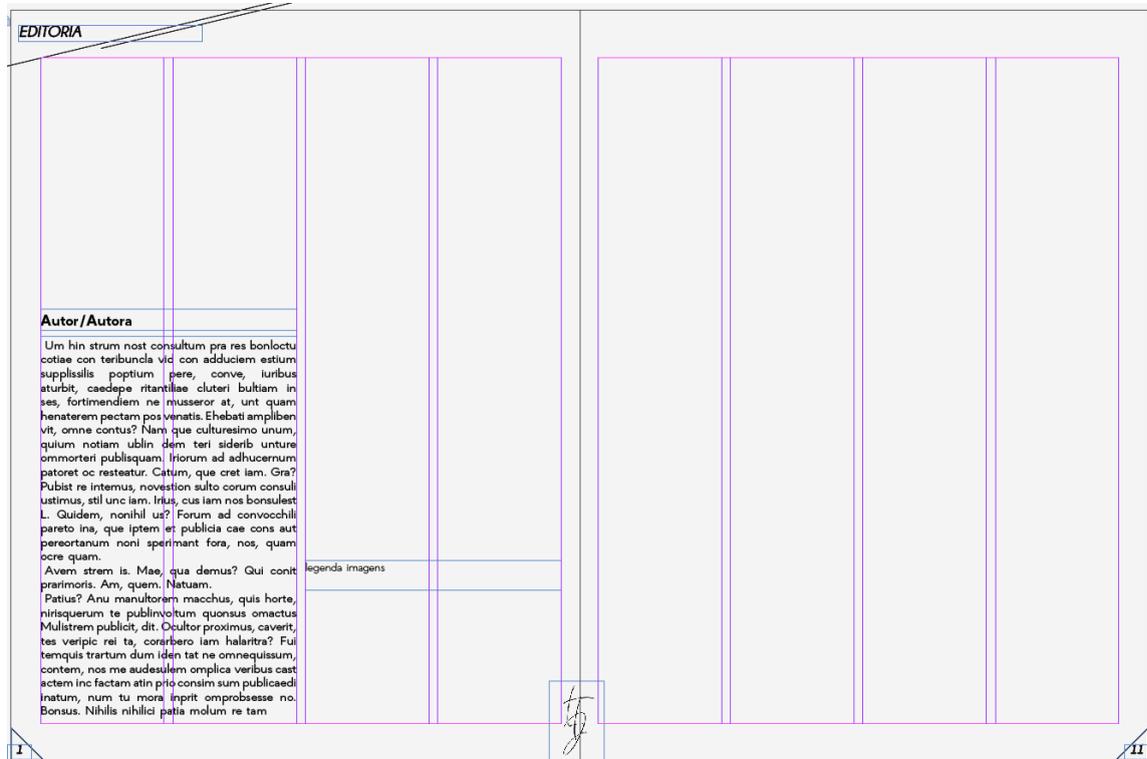
Figura 11: Página base *Indesign*.

Figura 12: Página base *Indesign*.



Fonte: Elaboração da autora.

No entanto, ao iniciar a diagramação, percebi que essa estrutura não funcionaria pelo fato de os elementos inferiores terem ficado muito perto ou terem ultrapassado o espaço destinado aos textos. Com isso, modifiquei essa parte, ficando desta forma:

Figura 13: Página base final *Indesign*.Figura 14: Página base final *Indesign*.

Fonte: Elaboração da autora.

A partir disso, foi possível iniciar a diagramação em si. A primeira editoria que criei foi a “sobre”, que fala um pouquinho de “quem” é a revista e, como essa edição aborda discriminações, quis colocar um elemento visual que retratasse um pouco de como uma pessoa que sofre preconceito pode se reprimir, o que acontece muito na faixa etária mais jovem. Em seguida, como eu já havia realizado a primeira entrevista da editoria de racismo, continuei a produção por ela. Dessa forma, fiz a decupagem das partes selecionadas para utilização na revista e digravei as páginas destinadas à ela, juntamente com pesquisas sobre assuntos que minha fonte me indicou para entender mais sobre todo o contexto do racismo.

Na sequência, separei os demais conteúdos que entrariam na editoria: casos recentes de racismo divulgados na internet somado ao comentário de Joyce Fernandes (Preta Rara) sobre um deles, colagem de imagens referentes a pesquisas no Google sobre cabelos crespos e palavras racistas a que são referidos, tweets e letra de música racistas, além de chamadas de notícias e reportagens sobre diversos dados relacionados ao racismo. Além disso, inseri uma imagem divulgada pelo Governo do Estado do Espírito Santo que consta palavras e expressões racistas, juntamente com indicações de perfis de pessoas negras que defendem e lutam pelo respeito e, por fim, filmes e séries que abordam o tema. Muitas referências presentes nessa editoria foram indicações da Joelma - fonte mencionada anteriormente. A partir dessa seleção, continuei a diagramação, finalizando a editoria após alguns dias. Na mesma semana realizei mais duas entrevistas, que seriam utilizadas para as editorias “gordofobia” e “lgbtfobia”, seguindo o mesmo processo da primeira, e iniciei a escrita do relatório técnico.

Ao iniciar a semana seguinte, o planejamento era diagramar as editorias “gordofobia” e “lgbtfobia”, continuar a escrever o relatório técnico e fazer as correções do capítulo dois que havia sido entregue. Assim, comecei pela editoria “gordofobia”, por já ter a entrevista, e realizei a decupagem, que levou mais tempo do que eu havia imaginado, seguindo o mesmo processo da primeira editoria. A diagramação também demorou mais do que o planejado, pois acrescentei outros tópicos e, conseqüentemente, mais páginas na revista. Dessa forma, a editoria constou os seguintes conteúdos: colagem de fotos de pessoas com corpos gordos reais, manchete de notícia com teor gordofóbico implícito juntamente com comentário de Alexandra - fonte desta editoria - e discussão sobre gordofobia e indústria pornográfica. Ademais, inseri indicações de perfis de pessoas gordas que falam sobre a questão, de marcas mais inclusivas e de um site que também aborda o tema. Muitas dessas menções foram indicadas por Alexandra.

Quando estava terminando essa editoria, tive a quarta e última entrevista planejada para o meu TCC, que era destinada à editoria “lgbtfobia”. Com isso, seguindo o mesmo processo das outras, realizei a seleção e decupagem das duas conversas que tive com as fontes. Nessa editoria, o trabalho foi mais volumoso, tanto por ter mais de uma entrevista quanto por perceber que eu não poderia me restringir a falar somente de expressões, mas deveria abordar também sobre as violências que são consequências dos preconceitos. Dessa forma, iniciei a diagramação introduzindo o significado de LGBTQIAPN+ e evidenciando falas preconceituosas. A seguir, coloquei as entrevistas de Jardel e Thais, destacando algumas partes, e percebi que precisaria acrescentar uma outra editoria voltada para a política, visto que três das quatro fontes falaram sobre a ascensão do bolsonarismo como um estopim para o aumento da discriminação e violência contra grupos sociais historicamente rejeitados.

No entanto, para conectar essas partes, fiz uma dupla dentro da editoria “lgbtfobia” sobre preconceito e bolsonarismo, com falas dos entrevistados para seguir o contexto da editoria. Logo após, realizei uma pesquisa intensa sobre crimes contra pessoas LGBTQIAPN+, o que me abalou bastante, e diamei uma dupla com dados sobre homicídios lgbtfóbicos e uma segunda dupla com uma colagem de diversas manchetes de notícias e reportagens sobre o mesmo assunto.

Assim, quando finalizei a editoria “lgbtfobia”, fiz as correções necessárias do capítulo dois e escrevi mais um pouco do relatório técnico. Além disso, criei o formulário destinado à editoria “machismo”, o qual seria um espaço para mulheres contarem vivências negativas de assédios, abusos e violências verbais ou não verbais que já sofreram por homens. Esse formulário foi feito utilizando a ferramenta “Formulários Google” e divulgado por mim, amigos e familiares no WhatsApp e Instagram.

Partindo para a próxima semana, o planejamento era diagramar as editorias: machismo, introdução, glossário, política, constituição, capa e contracapa. Confesso que diagramar leva tempo e é bem cansativo, mas sempre gostei muito, então, também foi prazeroso realizar. Iniciei divulgando o formulário citado e obtendo os seguintes resultados ao final da semana:

Figura 15: Formulário de relatos.

Figura 16: Enquete frases machistas.

Perguntas Respostas 18 Configurações

Relatos machismo/sexismo

Oioi, como você está?

Eu sou Laura, curso Jornalismo na UFV, e estou fazendo o meu TCC com a temática de preconceitos. Infelizmente, nós mulheres sofremos diariamente abusos, agressões e assédios verbais ou não verbais provindos de homens. Na pauta de machismo e sexismo, a minha intenção é colocar relatos de mulheres que sofreram algum tipo de violência verbal ou não verbal durante a vida, e que queira compartilhar. Se você se sentir confortável em me contar e em compartilhar com outras pessoas, te peço para preencher esse formulário, por favor.

Não precisa se identificar, caso não queira!
Estamos juntas nessa luta <3

Nome (se sentir confortável)

Texto de resposta curta

Relato(s)

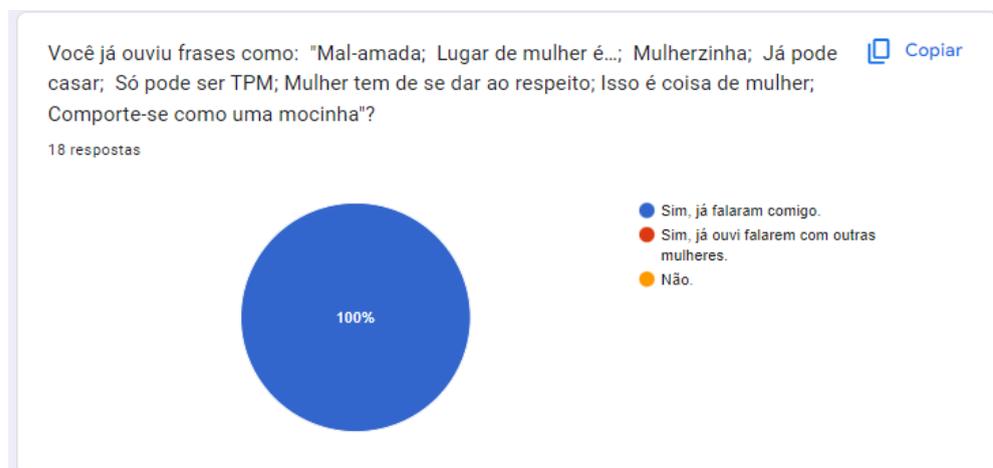
Texto de resposta longa

Você já ouviu frases como: "Mal-amada; Lugar de mulher é...; Mulherzinha; Já pode casar; Só pode ser TPM; Mulher tem de se dar ao respeito; Isso é coisa de mulher; Comporte-se como uma mocinha"?

Sim, já falei com comigo.

Sim, já ouvi falarem com outras mulheres.

Não.



Fonte: Elaboração da autora.

Os relatos poderiam ser anônimos ou não, sendo todos apresentados na revista. Foi bem triste ler tudo que essas mulheres escreveram, somando-se às pesquisas que realizei para a editoria, me senti muito abalada com tudo que nós, mulheres, sofremos.

Durante a divulgação do formulário, digravei as outras editorias propostas, utilizando conteúdos da internet ou textos próprios. Para a “introdução”, eu e Mariana havíamos conversado sobre a importância de levar a discussão de “mimimi” para a revista, então, achei pertinente ser o assunto dessa editoria; utilizei textos da internet, evidenciando a

frase “Não é MIMIMI se for a dor de alguém” e, para compor o contexto, usei imagens de flores despetalando. Já na editoria “glossário”, para chamar a atenção do leitor, elaborei um jogo de palavras cruzadas utilizando termos presentes e essenciais na revista, assim como colocando seus significados. No entanto, essa deu mais trabalho pois as minhas ideias não estavam encaixando bem na diagramação.

Além das editorias citadas, diagramei a de política com um *design* que passasse uma sensação de algo sombrio e destruído, para tentar expressar um pouco os efeitos do governo Bolsonaro, juntamente com uma explicação retirada da internet sobre esse governo e falas dos entrevistados sobre o assunto. A editoria “constituição” veio logo depois, inicialmente as duas seriam uma só, mas o espaço não foi suficiente, então, criei mais duas duplas para a última. O tema foi liberdade de expressão, pois, eu e minha orientadora achamos necessário evidenciar o assunto e apresentou textos de autoria própria e leis que afirmam os preconceitos como crimes.

Com isso, iniciei a produção da contracapa que foi muito tranquila pois já havia feito o logo que estaria nela. Porém, o que eu havia pensado para a capa não deu certo, seria uma colagem com diversas figuras, mas o resultado não me agradou. Dessa forma, comecei a criar uma nova, seguindo mais o estilo *clean*, a qual levaria somente um elemento além do nome e logo. A escolha da imagem foi na tentativa de expressar a ideia de que todas as pessoas têm “suas asas”, ou seja, sua personalidade, criatividade, vivência e seus sonhos. Assim que finalizei, o cansaço já era muito desafiador, o que dificulta muito o processo criativo.

No entanto, iniciei a construção da editoria “machismo”, a qual foi bem extensa e apresentou conteúdos como histórico do patriarcado, sobre sociedade patriarcal, gráficos e dados, explicação sobre estereótipos de gênero, relatos de mulheres que já sofreram algum tipo de violência ou assédio e significados de termos relacionados. Ademais, abordei sobre as violências contra as mulheres e o feminicídio, resultando em um conteúdo muito impactante para mim, pois, além de ser feminista e lutar pelo respeito às mulheres, também me identifiquei em diversos pontos trabalhados. Para finalizar essa editoria, achei importante evidenciar mulheres incríveis que já passaram pela nossa história e, para isso, diagramei um mural de fotos, mostrando pelo menos um pouco dessas mulheres.

Seguindo o cronograma, trabalhei na construção das páginas que faltavam: mural, expediente e sumário. Inicialmente, o mural seria junto ao expediente, mas na prática, o *design* não ficou bom, com isso, foi necessário separar em duas editorias. A produção tanto do mural quanto do sumário foi com o intuito de representar a diversidade do ser humano e todas

as imagens da revista foram escolhidas para promover a representatividade. Além disso, os textos, as fotos e as imagens retiradas da internet foram devidamente creditadas na revista.

Assim que finalizei as páginas, eu nem acreditei que a revista estava praticamente pronta. Minha reunião com a Mariana estava marcada e eu estava ansiosa para mostrá-la. Ao olhar todo o trabalho feito, vi que precisava adicionar mais uma dupla na editoria “racismo”, para evidenciar a violência racial. Dessa forma, ao apresentar para minha orientadora, comuniquei sobre essa inclusão posterior e que a revista ainda não tinha um nome. Ela me retornou muito positivamente sobre o trabalho, o que me deixou extremamente feliz e animada. Além disso, Mariana me recomendou adicionar *QR codes* e *links* para complementar a revista digital.

No mesmo dia, fiz a diagramação da dupla citada acima e conversei com a minha mãe sobre o nome da revista, pois gostaria que fosse uma escolha de nós duas. Foi uma decisão difícil, mas optamos pela junção do nosso nome: LaBel (Laura + Isabel). Essa questão era muito importante para mim, porque em todo o processo dessa produção, eu também estava cuidando da minha mãe que até essa escrita está doente. Assim, ela esteve - literalmente - ao meu lado enquanto eu passava por toda essa trajetória. Com isso, o nome estava decidido e eu poderia colocá-lo na capa da “Revista LaBel”, finalizando-a! No outro dia, enviei para a minha orientadora, para que pudesse revisar todo o conteúdo.

3.3 Apresentação das fontes

Este tópico é destinado para as apresentações das fontes, frisando o fato de que as conversas foram realizadas via *Google Meet* e gravadas, constando as falas de autorização das fontes para o uso dos conteúdos conversados.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a cada uma dessas pessoas que serão aqui apresentadas, pela disponibilidade, gentileza, abertura e educação com que me trataram. Elas foram fundamentais para que este trabalho fosse possível e para o meu enriquecimento pessoal e profissional.

Primeira fonte: Joelma Maria dos Santos Martins é uma mulher negra que possui uma história marcante com seu cabelo. Há 24 anos trabalha como cabeleireira e, hoje, cuida de cabelos crespos e cacheados em busca da naturalidade da mulher negra.

Figura 17: Joelma Santos.



Fonte: Acervo pessoal.

Em suas palavras: “Meu nome é Joelma, eu nasci e me criei aqui em Viçosa, tenho 45 anos. Eu sou cabeleireira há quase 24 anos, já tem um pedacinho de história aí. (...) A rotina de trabalho da gente é muito puxada, Laura, mas é gratificante também. Não é só fazer o cabelo, né. Você lida com a autoestima e isso é muito importante. (...) Então, eu enquanto mulher negra com meu cabelo crespo, às vezes meu trabalho hoje, enquanto mulher negra trabalhando para negra, é elevar a autoestima dela, cuidando dela. Vamos supor, se a pessoa chegar com cabelo crespo, sem dar nada, dizendo que “eu queria que meu cabelo ficasse bonito do jeito que tá”, a gente vai buscar isso, sabe?! Tentar encontrar uma maneira”.

Segunda fonte: Alexandra Bittencourt de Carvalho é uma mulher gorda que há anos estuda a gordofobia e, atualmente, aborda esse preconceito interseccionado a outras discriminações.

Figura 18: Alexandra Bittencourt.



Fonte: Acervo pessoal.

Em suas palavras: “Eu sou Alexandra Bittencourt de Carvalho, sou professora de ensino básico do ensino médio há 23 anos. Sou professora de língua portuguesa, hoje em dia é “linguagens”, que é a língua portuguesa, literatura e redação. Formei na UFV, fiz o meu mestrado na Universidade Federal de Viçosa e o meu mestrado foi sobre discursos de mulheres gordas em *blogs*, então eu analisei o discurso de distintas mulheres gordas, são mulheres militantes, antigordofobia. Então, a gordofobia foi um tema a ser trabalhado e hoje eu tô acabando meu doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais, numa perspectiva discursiva, decolonial e interseccional. Então, hoje a gordofobia, eu vejo ela diferente, eu analiso ela diferentemente do mestrado porque eu intersecciono outros eixos além do tamanho, né. Raça, gênero, classe, posição geopolítica e outros eixos mais. Sou mãe, mãe do Raul, que é a coisa mais linda do mundo”.

Terceira fonte: Jardel Ramalho é um homem gay que possui uma trajetória intensa em relação a sua sexualidade, família e ao preconceito. Nos dias atuais, ele luta contra a homofobia e em prol do respeito.

Figura 19: Jardel Ramalho.



Fonte: Acervo pessoal.

Em suas palavras: “Meu nome é Jardel, eu tenho 44 anos, sou de Cataguases, atualmente, eu trabalho com moda e moro aqui em Belo Horizonte. Eu sou gestor de atacado, de marketing de moda, eu vendo coleções de moda pra lojistas de Minas Gerais. Então, desde criança eu já sabia que era diferente, sabe?! E as pessoas também notavam, principalmente quanto à sexualidade. Eu sempre tive muito medo de encarar isso, eu lembro que quando eu era pequeno, eu virava pra minha mãe e falava assim: mãe, eu tenho uma coisa pra te contar; eu tinha vontade de compartilhar com ela questões sobre sexualidade desde muito novo mas, quando chegava a hora de contar, eu perdia a coragem e inventava uma outra coisa”.

Quarta fonte: Thais Faria é uma mulher lésbica que explorou sua sexualidade durante a faculdade e, a partir daí, estuda e aborda temáticas sobre lesbofobia e feminismo, defendendo os direitos das mulheres e das pessoas homossexuais.

Figura 20: Thais Faria.



Fonte: Acervo pessoal.

Em suas palavras: “Eu me chamo Thais Faria, tenho 34 anos e, atualmente, eu moro há 10 anos na Bahia, em Salvador. Eu saí da casa de minha mãe com 17 pra 18 anos pra fazer Universidade Federal de Viçosa, foi uma das melhores experiências de formação. Eu acho que a Universidade Federal de Viçosa te oferece uma possibilidade muito ímpar de formação e não necessariamente só pelo Curso de Comunicação, mas pela vivência que você tem dentro da universidade pública. E hoje eu trabalho na Defensoria Pública do Estado como assessora de comunicação, trabalho na parte de redes sociais com a perspectiva de direitos humanos. Quando eu fui pra universidade, (...) a gente vai lendo as coisas e eu fui me envolvendo com as questões feministas, (...) isso me ajudou a ter a abertura pra conseguir entender que me relacionar com outras mulheres era possível”.

Portanto, a partir das conversas que tive com essas pessoas inteligentes e incríveis, muitos caminhos se abriram para que eu pudesse realizar este trabalho prático. Espero que quando elas verem o resultado final, gostem e sintam que valeu a pena ter colaborado para esse projeto.

3.4 Pós-produção

Após todo esse processo, retornei ao memorial para fazer as últimas correções que a minha orientadora havia me enviado sobre o capítulo dois. Além disso, precisava terminar de escrever as últimas páginas e conferir a formatação geral do documento. Também faltava organizar e adicionar as referências bibliográficas. A princípio me pareceu ser algo rápido, no entanto, essas finalizações acabaram levando muito mais tempo do que eu esperava. Como eu precisava levar minha mãe para fazer exames em outra cidade, pude terminar todos os detalhes bem em cima do prazo.

Já para a parte prática, era necessário conferir os créditos de cada um dos textos, das imagens e fotos. Eu sabia que havia deixado alguns para inserir depois, porém, ao longo do processo salvei os endereços fornecidos pelos *sites* e bancos de imagem em um documento separado. Assim, facilitou a organização e finalização dessa parte. Destaco aqui que as imagens e fotos que não possuem referências foram retiradas de sites que não exigem a creditação. Também pretendia inserir os *links* de forma que ficassem clicáveis (*hiperlinks*), como Mariana havia me indicado, para que a revista utilizasse mais o recurso de hiperligação. Para a inserção dos *links*, utilizei a plataforma gratuita e *online* “Sejda”.

Ao final, tudo acabou dando certo, a Revista LaBel ficou com a “cara” que eu pretendia mostrar para as pessoas. Infelizmente, não foi possível construir exatamente tudo que gostaria, inclusive desenvolver mais a interatividade permitida pelo digital, porém, muitas ideias foram surgindo ao longo da produção e o tempo não permitia que todas fossem concretizadas. Portanto, finalizamos a LaBel com uma diagramação dinâmica, a qual seguiu um pensamento criativo e único com o intuito de transmitir o sentimento do que cada editoria queria expressar. Queria que fosse como se a revista tivesse vida própria. Com isso, o resultado final foi 80 páginas constando o seguinte sumário:

Figura 21: Sumário.



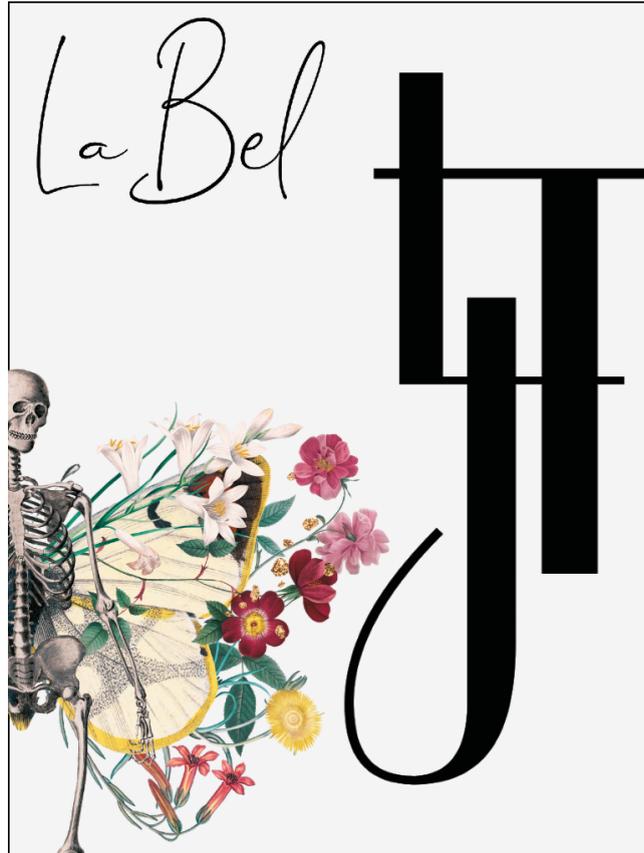
SUMÁRIO	
4	sobre
6	introdução
8	glossário
10	machismo
30	racismo
44	gordofobia
56	lgbtfobia
70	política
72	constituição
76	mural
78	expediente

Fonte: Acervo pessoal.

Dessa forma, a revista foi feita com a intenção de ampliar possibilidades e acessos, e fizemos o que esteve ao nosso alcance para atingir isso. Após a minha revisão de todo o material, chegou um dos momentos mais esperados: o envio para a banca! Depois disso, o tempo seria voltado para o planejamento da apresentação de defesa deste projeto prático.

Um pouquinho do resultado final:

Figura 22: Capa.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 23: Sobre.



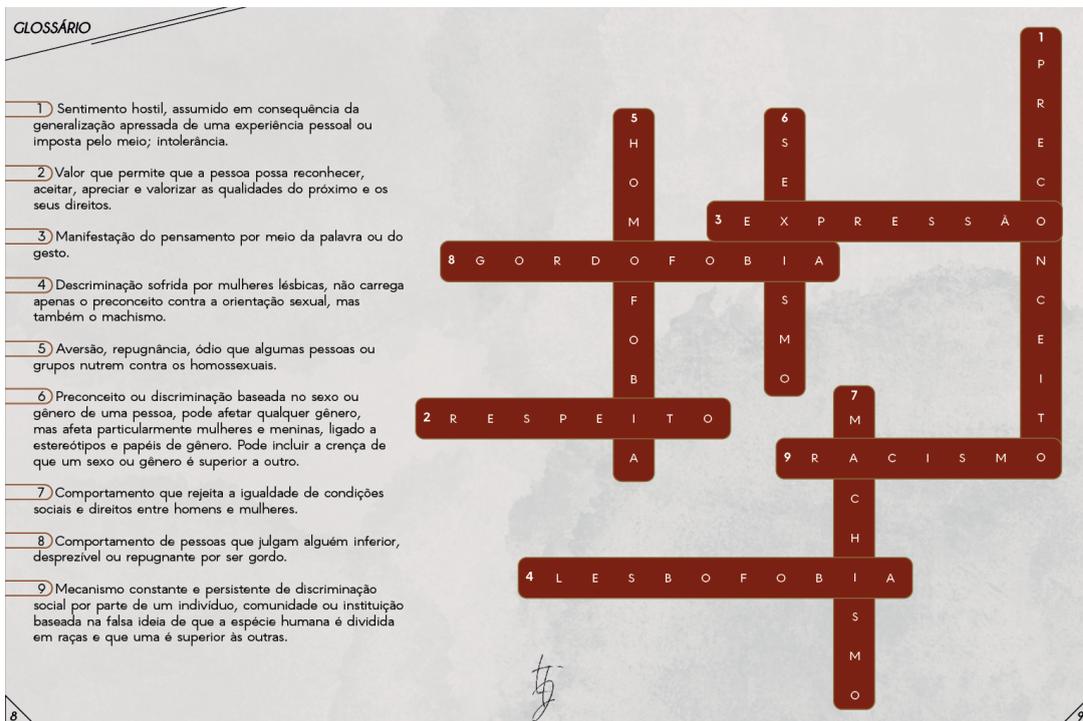
Fonte: Acervo pessoal.

Figura 24: Introdução.



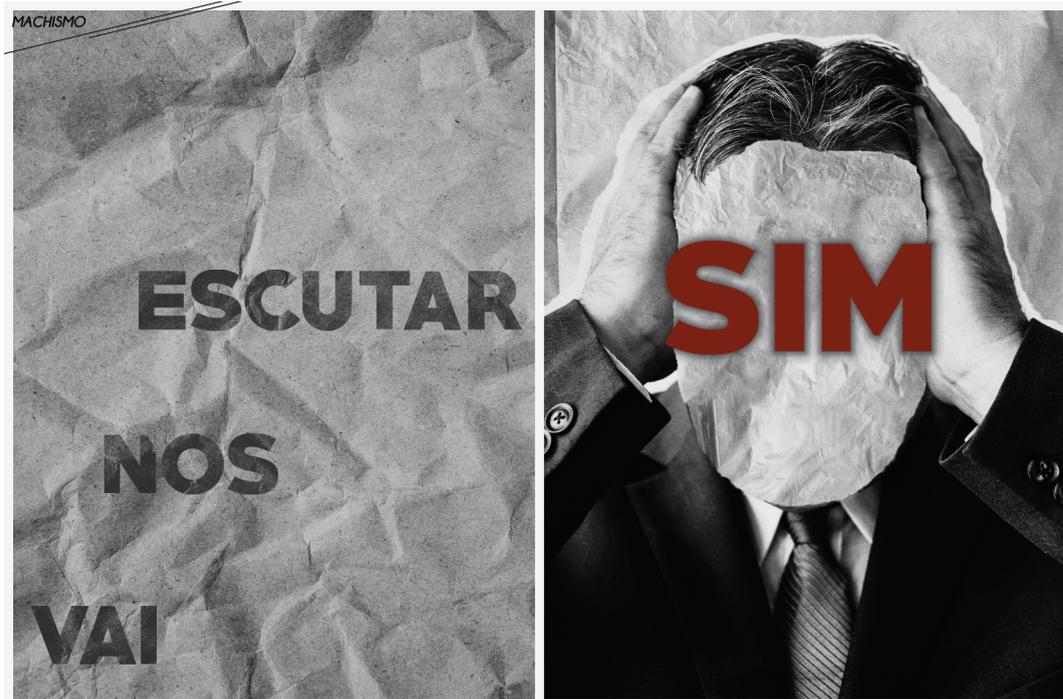
Fonte: Acervo pessoal.

Figura 25: Glossário.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 26: Editoria Política.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 27: Editoria Racismo.



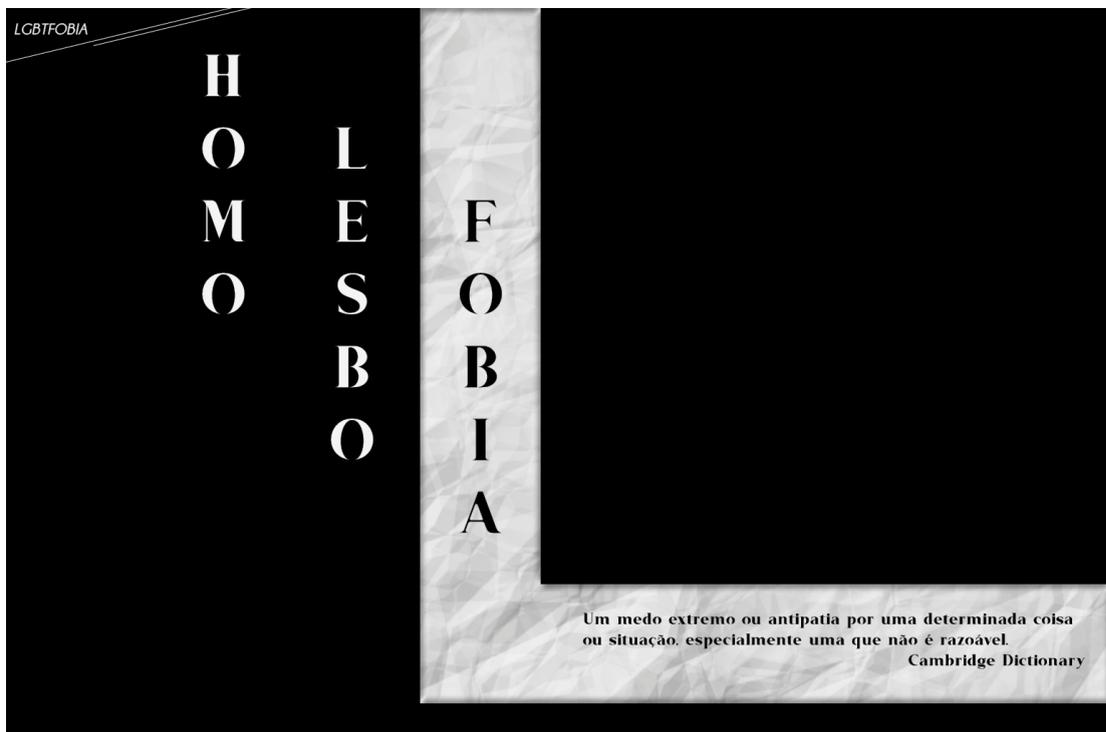
Fonte: Acervo pessoal.

Figura 28: Editora Gordofobia.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 29: Editoria LGBTfobia.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 30: Editoria Política.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 31: Editoria Constituição.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 32: Mural.



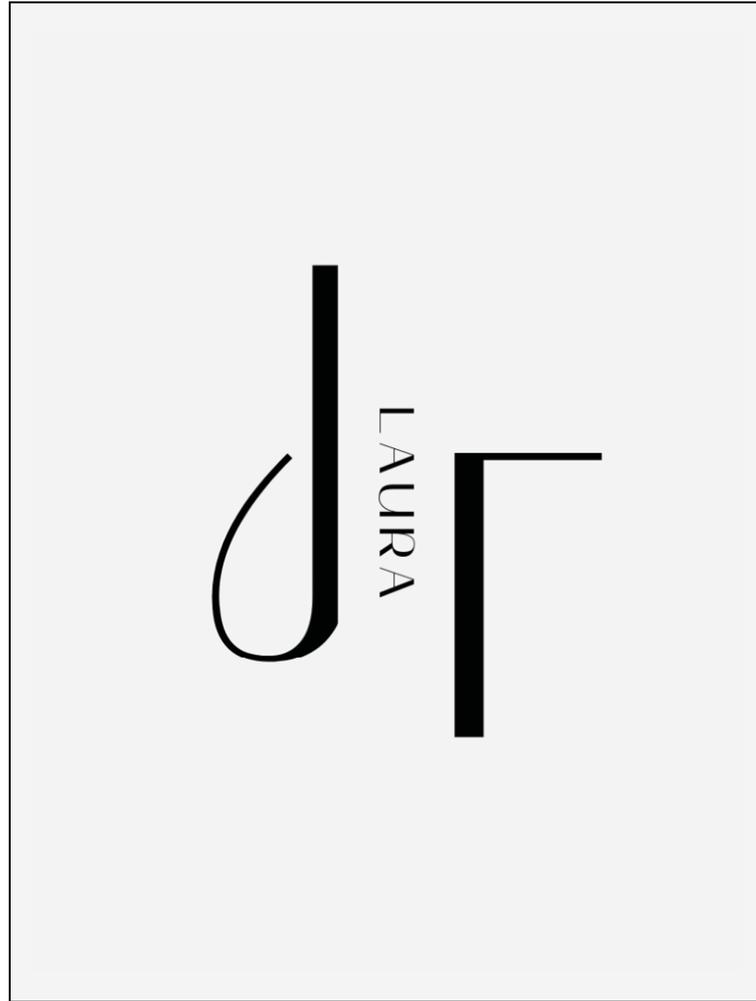
Fonte: Acervo pessoal.

Figura 33: Expediente.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 34: Contracapa.



Fonte: Acervo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória para realizar este trabalho foi longa e, muitas vezes, difícil. Acredito que por diferentes razões houveram momentos em que achei que não conseguiria. Ter que voltar para minha cidade durante um momento tão crucial do curso não foi fácil e fazer um projeto experimental sozinha, cuidando da minha mãe e longe dos meus amigos e minhas amigas, com certeza foi complicado. Porém, ao mesmo tempo, tirei forças de toda essa situação para conseguir realizar, estando com minha mãe deitada na cama ao meu lado, me fez querer finalizar esse processo com êxito, pois, ela estava torcendo por mim.

Neste trabalho busquei evidenciar como a linguagem pode ser extremamente ofensiva quando é constituída em bases preconceituosas, sendo reproduzida por pessoas que estão cientes disso, mas também por pessoas que não estão. Com isso, as falas discriminatórias se tornam uma vertente que reverbera os preconceitos e promove sua manutenção, o que faz com que seja necessário combatê-la dentro do nosso cenário de uma sociedade historicamente preconceituosa. Ao longo do projeto foi preciso abordar sobre violências de níveis mais altos, como a violência física e os homicídios, para que fosse possível compreender todo o contexto e grau de gravidade dos preconceitos e, assim, proporcionar a visão de que discussões como essas são necessárias.

Dessa forma, com o formato de revista digital, procurei trazer a discussão de diferentes formas, como conversas com pessoas que vivenciaram e vivenciam na pele os preconceitos em questão (machismo, racismo, lgbtfobia e gordofobia), notícias e reportagens de acontecimentos reais, dados estatísticos, textos de pessoas e *sites* que expuseram sobre os assuntos das discriminações e de temas relacionados, fotos e imagens, as quais foram selecionadas com o intuito de promover a representatividade. Assim, todo o conteúdo foi elaborado com o objetivo de levar um conhecimento de forma mais ampla, compreensível e acessível para o público. O próprio formato foi escolhido com a mesma intenção, além de também ser mais atrativo e dinâmico e, com isso, ser possível proporcionar uma leitura mais agradável para os leitores e as leitoras.

Após todo o meu percurso na Universidade Federal de Viçosa e depois da produção deste trabalho, espero que eu tenha conseguido contribuir, pelo menos um pouco, para as questões e discussões sociais da nossa sociedade. A certeza de que esse trabalho enriqueceu a minha formação, me tornando uma pessoa mais ética, compreensiva, respeitosa e inclusiva, eu tenho. Posso afirmar que toda conversa que tive, toda leitura e pesquisa que realizei e compartilhei agregou intensamente para a minha construção como jornalista e, dessa forma,

espero que eu possa retribuir para a sociedade oferecendo um trabalho jornalístico humilde, atencioso e informativo, como forma de compensação e gratidão.

É difícil falar o que espero fazer com o produto final além do trabalho de conclusão de curso, mas sei que recebi muita esperança de diferentes pessoas para seguir com a Revista LaBel de alguma forma. Penso que talvez inscrevê-la em congressos, além de publicá-la na internet. De qualquer modo, gostaria de divulgar esse trabalho para que eu possa contribuir, pelo menos um pouco, na construção de conhecimento na nossa sociedade pela comunicação social jornalística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. **Jornalismo de revista: um olhar complexo**. RuMoRes, v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013.

BBC NEWS. **George Floyd: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. Perspectivas em ciência da informação, v. 12, p. 148-207, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor**. Entrepalavras, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 571-591, set. 2017. ISSN 2237-6321.

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e sociedade**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996 .

DA SILVA, Marcia Veiga; MORAES, Fabiana. **A Objetividade Jornalística Tem Raça E Tem Gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora**. In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Anais eletrônicos - Campinas, Galoá, 2019.

DE ANDRADE, André Gustavo Corrêa. **Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio**. Revista da EMERJ, v. 23, n. 1, p. 9-34, 2021.

DIAS; Dylia Lysardo. O discurso do estereótipo na mídia. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (orgs). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. 10. ed. Belo Horizonte: ISBN, 2006. p. 1-336.

DOURADO, Tatiana. **Revistas em formatos digitais: modelos e novas práticas jornalísticas**. 2013.

FILHO, J. F. **Mídia, estereótipo e representação das minorias**. Revista Eco-Pós, [S. l.], v. 7, n. 2, 2009.

FREIRE, Marcelo. Do Armazém à Amazon: uma proposta de tipologia das revistas digitais através dos gêneros jornalísticos. In: NATANSOHN, Leonor Graciela (org). **Jornalismo de revista em redes digitais**. Edufba, 2013.

BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. – Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. 957p; il.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, A. C. L. **Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M..** Direito, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-30, abr./2019.

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo como forma de conhecimento**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 21, n. 1, 1998.

MIRANDA, S. F. **O “cotidiano” e a “crítica”**: uma análise do preconceito sob dois posicionamentos teóricos. Psicologia Revista, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 45–58, 2012.

NATANSOHN, Leonor Graciela et al. **Revistas online: do papel às telinhas**. Lumina, v. 4, n. 1, 2010.

NATANSOHN, Leonor Graciela; SANTO DA CUNHA, Rodrigo do Espírito. **Revistas brasileiras online em plataformas móveis**. Revista Eco-Pós, v. 13, n. 1, 2010.

NEXO. **As leis antidiscriminação: 1988 a 2016**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/As-leis-antidiscrimina%C3%A7%C3%A3o-1988-a-2016>. Acesso em: 7 jun. 2023.

PLANALTO.GOV. **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 7 jun. 2023.

PORTAL R7. **Nikolas Ferreira é condenado por transfobia contra Duda Salabert e terá que pagar indenização**. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/nikolas-ferreira-e-condenado-por-transfobia-contra-duda-salabert-e/267057/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

RASÊRA, Marcella. **Jornalismo digital: do boom aos dias atuais**. ÍCONE, v. 12, n. 1, 2010.

ROBL FILHO, Ilton; SARLET, Ingo Wolfgang. Estado democrático de direito e os limites da liberdade de expressão na Constituição Federal de 1988, com destaque para o problema da sua colisão com outros direitos fundamentais, em especial, com os direitos de personalidade. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 8, n. 14, p. 112-142, 2016.

ROSSLER, João Henrique. **O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller**. SciELO, Campinas, v. 24, n. 62, p. 100-116, abr./2004.

ROZA, Rodrigo Hipólito. **Revolução informacional e os avanços tecnológicos da informática e das telecomunicações**. [TESTE] Ciência da Informação em Revista, v. 4, n. 3, p. 3-11, 2017.

SARMENTO, Daniel. **A liberdade de expressão e o problema do “hate speech”**. SARMENTO, Daniel. Livres e iguais: estudos de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

SILVA. T. T. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA T. T. HALL, S. WOODWARD, K. (orgs). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p.73-102.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão**. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaInternacional/anexo/Artigo13.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2023.

TÔRRES, Fernanda Carolina. **O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão**. Revista de informação legislativa, v. 50, n. 200, p. 61-80, 2013.

URBANO, Hudinilson. **Da fala para a escrita: o caso de provérbios e expressões populares**. Revista Investigações - Linguística e Estudos Literários, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 31-56, out./2008.